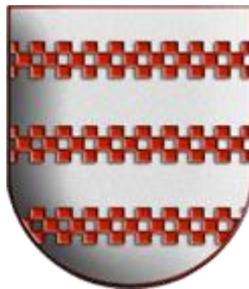


Manuel Abranches de Soveral

Ensaio sobre a origem dos Magalhães



*Escudo de armas dos Magalhães
(infografia do autor)*

Porto 2007

Origens da linhagem

Apesar de nenhuma genealogia o referir, mesmo as mais tardias, considero Rui Fernandes de Magalhães como o mais antigo tronco desta linhagem e talvez o 1º a usar este nome, muito embora a família seja mais antiga. Terá sido senhor da honra e quintã da Torre de S. Martinho de Magalhães¹ e do couto de Fontarcada.² Documenta-se nas Inquirições de 1288³, no julgado de Froião:

"Item na herdade que chamam do Paaço hu see Martim Testa mora hi Martim Testa e soyam ende dar voz e coomha e criaron hi filho de Ruy Fernandiz de Magalhaes e non dan ne' migalha al Rey e fazen ende onra nova".

As mesmas Inquirições dizem sobre a freguesia de S. Martinho de Magalhães, no julgado da Nóbrega, que *"a quintaa da Tore (sic) e que foy de Paay Fernandiz e a que chamha (sic) do Penedo é provado que as viran onrras des que s'acoordan as testemunhas e d'ouvyda de longo tempo"*, declarando a sentença que *"seian onrradas porque son de filhos d'algo e enquanto foren de filhos d'algo"*. Sobre o couto de Fontearcada aquelas Inquirições não dizem nada.

O conde D. Pedro⁴ não trata os Magalhães, o que dificulta a informação genealógica sobre a sua origem. Damião de Góis⁵ também não. O primeiro que os tratou, o *"Livro de Linhagens do Século XVI"*⁶, só começa a família com João de Magalhães, 1º senhor da Barca. D. António de Lima Pereira⁷, ainda neste século, começa a linhagem em Afonso Rodrigues de Magalhães. E Afonso de Torres⁸, no século seguinte, acrescenta que este Afonso Rodrigues *"dizem ser filho de hum Bolonhez Creado do Conde de*

¹ Hoje a freguesia de Paço Vedro de Magalhães, no concelho de Ponte da Barca.

² Póvoa de Lanhoso.

³ Inquirições gerais de D. Dinis de 1288, com sentenças de 1290 e execuções de 1291. Já depois deste trabalho ser feito, foram editadas em 2012 e 2015, em 2 volumes, pela Imprensa Nacional / Casa da Moeda e a Academia das Ciências de Lisboa, com introdução, leitura e índices de José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

⁴ O conde D. Pedro Afonso de Barcelos, filho natural do rei D. Dinis, autor do *Livro de Linhagens* dito do conde D. Pedro, concluído entre 1340 e 1344. O Doutor João Baptista Lavanha (1550-1624), cronista-mor do reino (1618), preparou uma edição anotada, concluída a 21.5.1622, que viria a ser publicada postumamente em Roma em 1640. Em 1646, Manuel de Faria e Souza publicou em Madrid outra edição, em que às notas de Lavanha juntou as suas e as de Álvaro Ferreira de Vera e do marquês de Montebelo. Em 1980, a Academia das Ciências de Lisboa publicou uma edição crítica de José Mattoso.

⁵ O célebre cronista, que foi guarda-mor da Torre do Tombo, deixou manuscrito um *"Livro de Linhagens de Portugal"*, concluído cerca de 1557.

⁶ Manuscrito de autor desconhecido, escrito em meados de Quinhentos, publicado em 1951 pela Academia Portuguesa de História, com introdução de António Machado de Faria.

⁷ Falecido em 1582, deixou manuscrito *"Linhagens dos fidalgos de Portugal"*, de que existem várias cópias.

⁸ Afonso de Torres Telles, que antes se chamou Rui Telles de Mello, nascido em 1584 e já falecido a 8.10.1643, foi o autor de um nobiliário manuscrito em oito volumes, escrito cerca de 1633, que ficou conhecido por *Nobiliário de Afonso de Torres*. Em 1629 fez uma cópia do Registo da Casa da Índia.

Bolonha D. Affonso 3º do nome e Rey de Portugal; dizem que cazou com D. Sancha de Novais filha de Affonso de Novais". Outros, posteriores, pouco saíram desta matriz⁹, e quando o fizeram foi para acrescentar coisas inverosímeis e sem fundamento.¹⁰

No que toca ao pai de Afonso Rodrigues de Magalhães, é evidente que não era bolonhês, embora pudesse ter sido de facto criado do infante D. Afonso e tê-lo acompanhado a Bolonha. Na verdade, tendo em conta que Afonso Rodrigues de Magalhães se documenta bem, como digo adiante, tendo ainda filhos a criar em 1288, tudo indica (o patronímico, a geografia, o património), que seja filho deste Rui Fernandes de Magalhães, podendo mesmo ser o tal filho que foi criado na herdade do Paço, no julgado de Froião.

O transcrito texto das Inquirições não permite concluir se Rui Fernandes de Magalhães ainda era vivo em 1288. Mas se de facto foi criado de D. Afonso III (1210-1279), poderia ter nascido cerca de 1220, acompanhado o infante a Bolonha e regressado com ele a Portugal no final de 1245, com 25 anos. Neste caso, não seria certamente o irmão mais velho. O primogénito, e senhor da honra e torre de Magalhães, foi portanto o antedito Paio Fernandes, tanto quanto se entende dito "*do Penedo*"¹¹, que em 1288 se documenta já falecido e ter sido senhor da quintã da Torre em S. Martinho de Magalhães, honra antiga como declaram as testemunhas. Por morte de Paio Fernandes, sem geração, sucedeu o irmão Rui Fernandes, que por isso adoptou o nome "*de Magalhães*".

Portanto, Paio Fernandes "*do Penedo*" e Rui Fernandes de Magalhães seriam filhos de um Fernão, como indica o patronímico, sendo este Fernão ou sua mulher já senhores da honra e quintãs da Torre e do Penedo, em Magalhães, que lhe vinham de seus avoengos, bem assim como senhores de uma casa e honra em S. Tiago de Francelos (Prado), como direi adiante, que também já herdaram.

Quem era este virtual Fernão, casado cerca de 1218?

Sem mais informação concreta, que tanto quanto procurei não consta nas anteriores Inquirições, resta deduzir alguma coisa de dois factos relevantes: por um lado, o estatuto de fidalgo de Rui Fernandes de Magalhães e seu proposto irmão Paio Fernandes "*do Penedo*", herdeiros pelo menos das ditas duas honras; por outro lado, a circunstância de o conde D. Pedro não ter tratado a sua linhagem.

⁹ Alão, na sua "*Pedatura Lusitana*", não trata os Magalhães originais. Mas em Novais, §1, nº 5, fala em Afonso Rodrigues de Magalhães, quando refere sua mãe, que diz ter sido senhora do couro de Magalhães e casada com "*um fidalgo francês, que veio com o Conde de Bolonha, de quem dizem nasceu Afonso Rodrigues de Magalhães, progenitor desta família; e dele há memória nos registos de el-Rei D. Dinis, pelos concertos que fez com seus tios, Afonso de Novais e Paio de Meira*". Em Machados, §2, nº 2, refere Afonso Rodrigues de Magalhães como senhor do castelo da Nóbrega, quando fala de sua filha casada com Vasco Machado.

¹⁰ Gayo, no seu "*Nobiliário das Famílias de Portugal*", começa os Magalhães com um inventado Afonso Vaz, "*Cavaleiro muito distinto de França que veio com o Conde de Belonha*", o que logo se vê absurdo, não só pelo nome, bem peninsular, mas também pela impossibilidade, pelo patronímico, de um Afonso Vaz ser pai de um Afonso Rodrigues, como aliás diz o autor.

¹¹ Por viver na quintã do Penedo, em S. Martinho de Paço Vedro de Magalhães, documentada nas Inquirições de 1288.

Filho natural do rei D. Dinis, o conde D. Pedro nasceu cerca de 1285 e faleceu em 1354, pelo que foi contemporâneo de Afonso Rodrigues de Magalhães e seus filhos. Se Rui Fernandes de Magalhães foi o 1º a usar este nome, como parece, a linhagem, como tal, era recente, mas isso não impediu o conde de tratar outros casos nestas circunstâncias. Pelo que podemos supor que seria baixo o estatuto varonil daquele Fernão, porventura mesmo de cavaleiro-vilão, razão suficiente para o conde D. Pedro os excluir. Tal como fez, por exemplo, com os Almeida, descendentes por varonia de um cavaleiro-vilão, ligado por casamento aos Mello.¹² Na verdade, o conde D. Pedro não trata os Almeida, referindo apenas D. Fernão Fernandes de Almeida¹³ pelos seus dois casamentos em linhagens que trata.

Mas, assim sendo, isso obrigava a que aquele virtual Fernão da origem Magalhães tivesse casado numa das principais linhagens da região ou fosse filho de uma fidalga nessas circunstâncias, de quem os filhos tivessem herdado as honras e o estatuto, como justamente aconteceu com os Almeida. O que ainda é mais difícil de determinar. Contudo, sabemos que os Magalhães tinham a honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e que em 1288 essa quintã e honra tinham sido de Paio Fernandes, que a tinha de seus antepassados. Ora, a isto podemos acrescentar que nas Inquirições de 1220¹⁴ na freguesia de S. Martinho de Paço Vedro, como então é referida, ainda sem a denominação de Magalhães, se verifica que apenas um fidalgo aí tinha uma honra. Trata-se de Ourigo Ourigues¹⁵, o prócer da Nóbrega, que sobre o dito paço vedro¹⁶ construiu o castelo da Nóbrega no reinado de D. Afonso Henriques. Não podem portanto restar muitas dúvidas de que a quintã da Torre em S. Martinho de Magalhães referida em 1288 é o castelo (torre) da Nóbrega referido em 1220 em S. Martinho de Paço Vedro. Muito embora não se possa excluir liminarmente a hipótese de uma venda, a referência nas Inquirições de 1288 de que Paio Fernandes tinha tido a quintã da Torre de sua avoenga obriga a concluir que descendia de Ourigo Ouriques.¹⁷ Sendo o mais provável que Paio Fernandes a tivesse por herança de sua mãe¹⁸, que podia ser uma desconhecida filha tardia daquele Ourigo Ourigues, mas mais provavelmente era sua neta, filha do filho Ourigo Ouriques II.

Com efeito, julgo que Paio Fernandes era filho da Elvira Ourigues que nas Inquirições de 1220 se documenta que tinha bens em Paço Vedro. Esta Elvira Ourigues, que o conde D. Pedro não assinala,

¹² Vide o meu "*Ensaio sobre a origem dos Almeida*", 2004.

¹³ Bisneto por varonia do cavaleiro-vilão D. Fernão Canelas.

¹⁴ Inquirições de D. Afonso II.

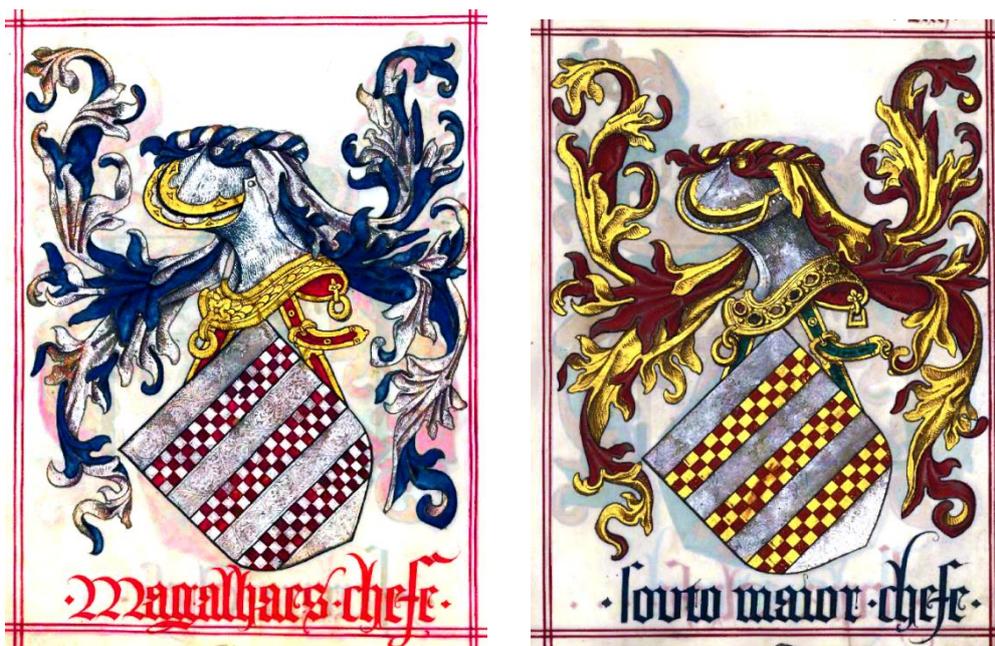
¹⁵ Vide José Augusto de Sottomayor-Pizarro, in "*Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*", Porto 1999, Vol. II, pág. 257 e seg.s.

¹⁶ Vedro significa velho.

¹⁷ Nascido entre 1130 e 1140.

¹⁸ Que terá nascido cerca de 1200.

podia de facto ser a filha de Ourigo Ourigues II, o qual, com sua irmã Urraca Ourigues, se documenta nas Inquirições de 1258¹⁹ como tendo sido criados na freguesia de Grovelas, julgado da Nóbrega. Podia assim ter nascido cerca de 1200 e casado cerca de 1218 com um Fernão, de uma família que o dito conde não trata, deixando assim os Magalhães de fora do seu nobiliário. Por que razão? A mais provável, como já deixei dito, é que este Fernão fosse filho ou neto paterno de um cavaleiro-vilão. Contudo, esse Fernão já não seria cavaleiro-vilão. Tendo em conta a heráldica dos Magalhães e a sua similitude com a dos Sottomayor, há uma hipótese que se me afigura provável. Paio Mendez Sored casou com Helena Godins²⁰ e foram pais de Mem Paez, 1º senhor de Sottomayor (Vigo), nascido cerca de 1177. Desconhece-se a ascendência²¹ de Paio Mendez Sored e de sua mulher Elena Godins, certamente filha de um Godinho.²² Mas aquele virtual Fernão, quiçá também chamado "do Penedo", nascido cerca 1190, putativo marido de Elvira Ourigues, podia ser neto materno de Paio Mendez Sored e sua mulher Elena Godins, portanto filho de uma irmã (mais velha) do 1º senhor de Sottomayor. Nesta hipótese²³, os Magalhães usariam uma variante (por fêmea) das armas dos Sottomayor. Tal como os Almeida usam uma variante (por fêmea) das armas dos Mello.



Armas dos Magalhães e dos Sottomayor ("Livro do Armeiro-mor", 1509, de João du Cros). A única diferença está no enxaquetado de prata e vermelho no caso dos Magalhães e de ouro e vermelho no caso dos Sottomayor

¹⁹ Inquirições de D. Afonso III.

²⁰ Segundo Lavanha, nas suas notas ao conde D. Pedro (1622).

²¹ Embora Lavanha, ob. cit., o diga filho de um Garcia Mendez e uma D. Urraca. Tendo em conta o rigor patronímico de então, não é crível que Paio Mendez seja filho de um Garcia Mendez. Mais provavelmente de um Mem Garcia.

²² Embora pela cronologia, com algum esforço, pudesse ser filha de Godinho Fafes de Lanhoso II, documentado entre 1132 e 1147, não lhe é dada tal filha. Esta linhagem de Lanhoso muito provavelmente usava a heráldica depois dita dos Teixeira.

²³ Hipótese para a qual conta também dizer que uma bisneta de Afonso Rodrigues de Magalhães, Froile Afonso de Magalhães, casou com Gonçalo Rodrigues de Araújo, senhor de Lobios (Ourense).

Deduz-se também que Paio Fernandes "do Penedo" não terá deixado geração, pelo que lhe sucedeu o proposto irmão. Tendo em conta a cronologia do que se conhece, Rui Fernandes de Magalhães, que assim foi necessariamente o 1º deste nome, pode bem ter casado cerca de 1249²⁴, com cerca de 29 anos. Aliás, sendo neto materno de Ourigo Ourigues II, este Rui Fernandes de Magalhães era sobrinho-neto de Pedro Ourigues, que foi camareiro e companheiro do infante D. Afonso²⁵, que acompanhou a Bolonha. E assim se pode entender melhor que o jovem Rui Fernandes possa ter sido criado do dito infante e o tenha também acompanhado a Bolonha.

Embora as primeiras genealogias apenas refiram Afonso Rodrigues de Magalhães como o mais antigo que conheciam desta linhagem, é certo que seu proposto pai Rui Fernandes de Magalhães teve mais filhos, pois nas Inquirições de 1288 na freguesia de S. Tiago de Francelos, julgado do Prado, diz-se que *"a casa d'Affonso Rodriguiz de Magalhães e de seus irmãos é provado que a viron onrrada quanto é o corpo da casa des que se acordam as testemunhas e dizem que foy de seus avoos"*, determinando a sentença que *"seja onrrada porque é de filhos d'algo e enquanto for de fidalgos"*. Sendo um desses irmãos certamente o Fernão Rodrigues de Magalhães que nas ditas Inquirições se diz que foi criado no casal que chamam a Deveza, na freguesia de S. Pedro do Arcos, julgado de Valdevez.

Terá Rui Fernandes de Magalhães casado com Sancha Novais, como já sugere Afonso de Torres? Na verdade, a 21.8.1303 D. Dinis confirmou a Afonso Novais, Paio de Meira e Afonso Rodrigues de Magalhães, como tutor de Rui Novais, a doação de 12 casais e uma quintã em Refóios, Bural, Padronelo, Castrelo, Azevedo, Baraçal e Torres a Frei Martim Novais e Beatriz Afonso (seus tios), bens esses que o pai deles recebera por casamento. Eis o texto²⁶:

"In Dei Nomine Amen. Sabham quantos esta carta virem que nos Affonso Novaaes e Paay de Meira e Affonso Rodriguiz de Magalhãaes tutor de Ruy Novaaes e ele presente e outorgante. Damos e outorgamos a vos frei Martim Novaaes e a vos Beatrix Affonso todos aqueles herdamentos e jur e possissões que nos avemos en'õ Baraçal e en Torres e en termho de Torres e en Reffoyos e en Bural e en Padornelo e en Crastello e en Azevedo por entrega dos doze casaaes e hua quintãa que nosso padre ouve en casamento. E mandamos e outorgamos que vos e toda vossa voz façades de todo que quer que vossa voontade seja desto dia en deante assi como de vossa propria possissom. E todo o jur e o senhoryo que nos avemos en estes herdamentos e possissões tambem de fecto como de dereito tolhemo-lo de nos e de nosso poder

²⁴ Portanto, poucos anos depois de D. Afonso III ter regressado a Portugal.

²⁵ Futuro D. Afonso III.

²⁶ ANTT, Chancelaria de D. Dinis, l. 3, f. 54.

e trasmudamo-lo a vosso jur e a vosso poder. E eu frei Martim Novaaes e Martim Dominguis procurador de Beatriz Affonso estas cousas sobredictas recebemos por entrega do que é sobredicto. E nos as partes outorgamos a non virem en contrario contra esto per nos nem per outrem en juizo nem fora de juizo e se contra eles veermos que nos nom valha. E que esto nom venha en dulta nos as partes mandamos a Stevam Reymondo Tabaliom de Valença que fizesse en duas cartas partidas per A.B.C. tal hua como a outra feita a carta en Valença XXI dia d'Agosto Era M^a CCC^a e quareenta e huum ano. Os que presentes foram Stevam Rodriguez d'Antas, Fernam Rodriguez seu irmãoo cavaleiros, JohamDurãez Tabaliom, Pero Airas, Pero Fernandiz de Lixboa Martim Stevez scudeiros, Francisco Perez amo da Inffante e outros. E eu Stevam Reymondo tabaliom pubrico jur de Valença a esto presente esta carta partida per A.B.C. com mha mão escrevi e en ela pugi meu sinal que tal he."

Ora, Afonso Novais, Paio de Meira e Rui Novais são irmãos, todos filhos de Rui Novaes, senhor da honra de St^a Eulália de Gondar e dos coutos de S. João do Campo, S. Fins de Moreira, Parada, Guimarei e Magoeiro. E este Rui Novais seria irmão da Sancha Novais que teria casado com Rui Fernandes de Magalhães, ambos filhos de Afonso Novais, senhor da honra de St^a Eulália de Gondar, e de sua mulher D. Tereza Rodrigues de Meira, que se documenta viúva e certamente de avançada idade nas Inquirições de 1288.

Embora o conde D. Pedro só dê a este casal, além do filho Rui, os filhos Pedro e Martim Novais e a filha Beatriz (ou Gontinha), freira em Burgos, portanto nenhuma Sancha, aquele documento de 1303 aponta para que, de facto, Afonso Rodrigues de Magalhães fosse filho de uma Novais, irmã de Rui Novais, já falecido em 1303, deixando dois filhos maiores e um menor, também Rui, de que era tutor o primo-direito Afonso Rodrigues de Magalhães.

Sobre Afonso Novais diz o conde D. Pedro que casou duas vezes sem geração. Este Afonso Novais já aparece nas Inquirições de 1288, nomeadamente quando é tomado por filho por uma Urraca Peres, moradora na freguesia de S. Pedro de Mangoeiro (Gondarém), julgado de Caminha e Cerveira, para honrar a sua herdade. D. Paio de Meira, como depois aparece, foi meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho e das terras da infanta D. Branca. Dele existe um selo com as suas armas (Meira) num documento de 25.4.1331, onde D. Pedro Fernandes de Castro comprou ao rei a alcaidaria-mor de Coimbra, da qual tomou posse D. Paio em nome do comprador.²⁷ Casou com D. Leonor Rodrigues de Vasconcellos, com

²⁷ Vide Marquês de Abrantes, in "O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa", 1983, pág. 269 e 270.

geração conhecida.²⁸ O Rui Novais casou com D. Maria Peres Cerveira, também com geração. Diz o conde D. Pedro que eram todos filhos de Rui Novais e sua mulher D. Maria Fernandes Turrechão (ou Churrichão). Mas, tendo em conta a cronologia de D. Paio de Meira, que dificilmente nasceu depois de 1270, e do irmão Afonso Novais, que nasceu antes, bem como a informação que se colhe nas Inquirições de 1288, o filho mais novo, Rui Novais, menor em 1303, devia ser filho de um desconhecido 2º casamento de Rui Novais, portanto meio-irmão de Afonso e Paio.

Nas Inquirições de 1288, no julgado de Caminha e Cerveira, diz-se que "*Domingas Fernandiz que mora en Ponte vendeu hua herdade a donna Maria mulher que foy de Ruy Novães*", esclarecendo-se adiante que esta venda foi feita no "*tenpo de Rey don Sancho tyo deste Rey*". O texto diz que esta compra foi feita por D. Maria mulher de Rui Novais e depois passou a Afonso Novais, portanto o filho. Mas a identificação de D. Maria como mulher que fora de Rui Novais, não quer dizer que a compra tenha sido feita quando já estava casada, sendo mais provável, uma vez que esta se realizou no reinado de D. Sancho II (1223-1248), que ainda fosse solteira, o que inclusive justificava que o filho tivesse herdado esse bem, ainda em vida do pai. Nesta interpretação, D. Maria Fernandes tinha pelo menos 10 anos antes de 1247/8, sendo certo que já tinha falecido em 1288. Mesmo assim, não é aceitável que uma mulher nascida o mais tardar em 1237 pudesse ter um filho menor em 1303. Melhor se entende, portanto, que Rui Novais, viúvo de D. Maria antes de 1288, tenha voltado a casar, e deste 2º matrimónio tenha tido o filho homónimo, menor em 1303. O facto de este Rui Novais II ter como tutor Afonso Rodrigues de Magalhães, apesar de ter vários irmãos (meios-irmãos) mais velhos, parece fundamentar a filiação deste Afonso em Sancha Novais, como diz Torres.

Sancha Novais, proposta mulher de Rui Fernandes de Magalhães, pode, nesta conjuntura, ter nascido cerca de 1234 e casado cerca de 1249, com 15 anos, cronologia que assenta bem numa irmã de Rui Novais e filha de Afonso Novais. Pode até ser a filha de Afonso Novais que foi criada na vila de Stª Mª

²⁸ Deles foi neto sucessor Fernão Gonçalves de Meira, senhor de juro e herdade de Viana (do Castelo), da Nóbrega e da Ribeira de Soaz (1369), alcaide-mor de Torres Vedras, etc., que em Tereza Rodrigues, irmã do arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, senhor e alcaide-mor da Lourinhã (10.10.1384 e 7.2.1385), teve um filho, Álvaro de Meira, legitimado por carta real de D. João I de 6.7.1421, que casou com D. Maria de Azevedo (*também aparece como D. Maria Coelho*), 4ª senhora de juro e herdade de Jales e Alfarela (8.12.1413), senhora da honra e Torre de Silva (ib), de Entre-Homem-e-Cávado e da Torre do Crasto (Amares), estes últimos dois senhorios que vendeu em 1450 a Pedro Machado (vide nota nº 58). Era filha de Lopo Dias de Azevedo, senhor de juro e herdade de S. João de Rei (14.8.1383), de Aguiar e de Bouro (24.8.1385), de Jales e Alfarela (ib), do Souto (Amares), do couto de Azevedo (6.8.1391), senhor da Torre do Crasto, da Torre de Vasconcellos e da honra e Torre de Silva, alcaide-mor de Lindoso, etc., e de sua mulher D. Joana Gomes da Silva, herdeira dos senhorios das terras de Aguiar e do Bouro, de Jales e Alfarela, do Souto e da honra e Torre de Silva. De Álvaro de Meira e sua mulher D. Maria de Azevedo foi filha sucessora outra D. Maria de Azevedo, herdeira dos senhorios de Jales e Alfarela (Vila Pouca de Aguiar) e da honra e Torre de Silva, que casou a 12.6.1444 com Gomes Martins de Lemos, 1º senhor de juro e herdade da Trofa (13.11.1449), senhor de juro e herdade de Jales e Alfarela (26.11.1449), de Pampilhosa da Serra (12.11.1458), de Álvaro (16.8.1472), etc., c.g. nesta Casa.

de Paredes (de Coura), julgado de Fraião, como consta nas Inquirições de 1288, embora esta também possa ser Beatriz Afonso, a freira que refere o conde D. Pedro e que em 1303 recebeu a doação dos sobrinhos, como dicou dito. Como adiante direi, documenta-se também que o proposto filho Afonso Rodrigues de Magalhães fez uma casa em S. Martinho de Magalhães ainda no reinado de D. Afonso III, portanto antes de 1279, o que concorda bem com a cronologia que lhe proponho, ou seja, nascimento cerca de 1250 e casamento cerca de 1275.

Por último, convém referir que desde cedo o nome Magalhães foi adoptado por alguns cristãos-novos, como é o caso Francisco de Magalhães, pedreiro, que em 1501 vivia na ilha de Cabo Verde²⁹, e de João de Magalhães, caldeireiro, que a 6.10.1529 teve provisão de Cristóvão Esmeraldo, provedor da fazenda na ilha da Madeira, para receber 1.800 reais por duas coberturas de cobre que fizera.³⁰ E recordar que o abuso que em Portugal se verificou com a indevida adopção de nomes de linhagens nobres, por parte de quem a eles não tinha direito, levou as Ordenações Filipinas³¹ a legislarem duramente contra essa prática:

"E nenhuma pessoa tome appellido de Fidalgo de Solar conhecido, que tenha terras com jurisdição em nossos Reinos, não lhe pertencendo, nem vindo de tal Linhagem, posto que seus pais assi se chamassem, se na verdade lhes não pertencia. E quem o fizer, perderá a fazenda, ametade para quem o accusar, e a outra para os Captivos, e perderá todo o privilegio, que per sua Linhagem e pessoa tiver, e ficará plebeo".

Contudo, os cristãos-novos ficam excluídos:

"Porém os que novamente se converterem à nossa Sancta Fé, poderão tomar e ter em suas vidas, e traspassar a seus filhos sómente, os appellidos de quaesquer Linhagens, que quizerem, sem pena alguma".

²⁹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 46, f. 75 e 75v.

³⁰ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 159, nº 22.

³¹ Livro V, Título XCII, § 9.

Reconstituição genealógica (séculos XIII a XV)

1. **AFONSO RODRIGUES DE MAGALHÃES**, senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada, a que sucedeu a seu proposto pai Rui Fernandes de Magalhães, como ficou dito na introdução. N. cerca de 1250, porventura foi criado no julgado de Froião, como também ficou dito, e fal. depois de 1312, ano em que tinha razão no mosteiro de Tibães. Surge várias vezes nas Inquirições de 1288, documentando-se que então tinha filhos já criados³² e pelo menos um filho ainda a criar, o que aponta o seu casamento para cerca de 1275. Tendo também em conta que faleceu depois de 1312, estimo que tenha nascido cerca de 1250, o que permite que seu proposto pai, Rui Fernandes de Magalhães, tenha estado em Bolonha com D. Afonso III e com ele regressado a Portugal em 1246, tendo casado depois. No julgado de Froião, freguesia de S. Pedro de Formariz, consta que na herdade das Lageas, em que morava Maria Martins, foi criado um filho de Afonso Rodrigues de Magalhães, *"e per raçon dessa criança fazen ende onrra novamente e non dan ne'migalha al Rey. Perguntado do tempo disse que des X anos aca"*. E na mesma freguesia, na herdade do Barveiro, criaram uma filha de Afonso Rodrigues de Magalhães *"e non'a criaram hi mays adusseon-na hi por fazer a herdade onrrada e levaron-na logo e ficou a herdade onrrada"*. Na mesma freguesia, na herdade da Barveita, outra filha de Afonso Rodrigues de Magalhães foi criada por um clérigo e sua barregã. Ainda na mesma freguesia consta que Afonso Rodrigues de Magalhães tinha comprado há um ano uma herdade que chamam a Varzea, que honrou. Na freguesia de S. João de Bico do mesmo julgado Afonso Rodrigues de Magalhães tinha o lugar de Vencemir, que honrara indevidamente. Na freguesia de S. Miguel do Cristelo do mesmo julgado *"no logar que chaman das Quintaas crian ora filho d'Affonso Rodriguiz de Magalhães"*. Na freguesia de Santa Marinha de Linhares do mesmo julgado foi criado outro filho de Afonso Rodrigues de Magalhães. Outro filho foi criado num casal a par da Deveza, na freguesia de S. Pedro do Arcos, julgado de Valdevez. De recordar que aqui tinha sido criado Fernão Rodrigues de Magalhães, que na introdução identifiquei como irmão de Afonso Rodrigues. Na freguesia de S. Martinho de Magalhães, no julgado da Nóbrega, como também ficou dito era honra antiga a quintã da Torre, que foi de Paio Fernandes, que deixei identificado como tio mais velho de Afonso Rodrigues, não se referindo quem era então o seu possuidor, mas que era certamente este Afonso ou ainda seu pai. E logo a seguir diz: *"Item ha hy herdades e provado que eran devassas e per razon que pectan voz e coomha e huam aa nudova e davan da do castello e a galinha do ano e a vida ao mordomo e hyan a entorviscada e fazian os outros foros e Afonso Rodriguiz de Maagalhães fez hy hua casa en tempo de Rey dona (sic) Afonso padre deste Rey e faz outra cabo dessa em sees herdamentos e trage-as por onrras e non faz ende ren a el Rey"*, determinando a sentença que sejam devassas e que sobre as casas recorra ao rei se quiser. Finalmente, como já ficou dito, na freguesia de S. Tiago de Francelos, julgado do Prado, diz-se que *"a casa d'Affonso Rodriguiz de Magalhães e de seus irmãos é provado que a viron onrrada quanto é o corpo da casa des que se acordam as testemunhas e dizem que foy de seus avoos"*, determinando a sentença que *"seja onrrada porque é de filhos d'algo e enquanto for de fidalgos"*. Como também ficou dito na introdução, em 1303 Afonso Rodrigues de Magalhães documenta-se como tutor de Rui Novais, seu proposto primo-direito. Dizem D. António de Lima Pereira e Afonso de Torres que Afonso Rodrigues de Magalhães casou com **Alda Anes de Castelões**, filha de João Martins de Castelões, o Moço. O conde D. Pedro, embora não trate os Castelões, dá João Gil de Avelar casado com uma Aldonça Anes, filha de João Martins de Castelões. Mas este João Gil de Avelar foi meirinho-mor da Beira (1335) e corregedor e vedor das justiças no meirinhado da Beira (1337)³³, parecendo assim demasiado tardio para ser concunhado de Afonso Rodrigues de Magalhães, que casou cerca de 1275. A referência a um João Martins de Castelões, o Moço, indica a existência de um João Martins de Castelões, o Velho, anterior. E este já poderia ser sogro de Afonso Rodrigues de Magalhães, cuja mulher seria irmã ou prima de João Martins de

³² Portanto com mais de 3/4 anos, já que esta criação era essencialmente a amamentação.

³³ Vide José Augusto de Sottomayor-Pizarro, ob. cit., Vol. II, pág. 635.

Castelões, o *Moço*. De tudo o que ficou dito na introdução, pode concluir-se que Afonso Rodrigues de Magalhães teve pelo menos duas filhas e quatro filhos, sendo que um ainda estava a criar em 1288, pelo que não terá nascido antes de 1286, e outro fora a criar há cerca de 10 anos, pelo que teria nascido por volta de 1278. Contudo, só ficou notícia genealógica de um: Rodrigo ou Rui Afonso.³⁴

1.1. **Rodrigo Afonso de Magalhães**, *que segue no nº 2*.

2. **RODRIGO AFONSO DE MAGALHÃES**, o *Cavaleiro*, senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada, n. cerca de 1277. D. António de Lima Pereira chama-o Rodrigo Afonso de Magalhães, embora possa ter usado o diminutivo Rui, como o proposto avô.³⁵ Afonso de Torres confunde este com seu neto Diogo Afonso, pelo que salta duas gerações. Não se sabe com quem casou e D. António não lhe aponta a mulher. As genealogias tardias dizem que casou com uma Inez Vasques de Souza, o que carece de fundamento e certamente resulta da confusão de Afonso de Torres, pois o neto Diogo Afonso de facto casou com uma Inez Vasques. O que parece certo é que casou tardiamente, já com cerca de 40 anos.

2.1. **Afonso Rodrigues de Magalhães**, *que segue no nº 3*.

3. **AFONSO RODRIGUES DE MAGALHÃES**, senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada, n. cerca de 1320 e fal. cerca de 1398. Foi alcaide-mor da Nóbrega (15.5.1367)³⁶ e a 23.8.1372 teve de D. Fernando mercê de Larim e Vila Chã³⁷, no almoxarifado de Ponte de Lima, em desconto do soldo e maravedis de duas lanças³⁸ que havia de sustentar na guerra à sua custa.³⁹ Afonso de Torres⁴⁰ diz que casou **Tereza Freire**⁴¹, que terá n. cerca de 1344, dita filha do mestre da Ordem de Cristo D. Nuno Rodrigues Freire (de Andrade). Pela cronologia podia ser, mas não há notícia desta Tereza, apenas de dois filhos naturais do dito mestre. Por outro lado, é preciso não esquecer que, além de outras derivadas de alcunhas, existia a linhagem medieval dos Freire, ramo dos Riba-de-Vizela, que nada tem a ver com os Andrade. E é mais do que provável que a maioria dos Freire acabasse em Freire de Andrade, tivesse ou não esta origem. Aliás, não é por acaso que nenhuma genealogia se reclama descendente do cavaleiro do séc. XIII Lourenço Soares Freire⁴², o 1º deste nome, irmão de Mem Soares de Mello, o 1º deste nome, e de Pedro Soares de Alvim, também o 1º deste nome, todos filhos de D. Soeiro Raimundes de Riba-de-Vizela.

3.1. **Froile Afonso de Magalhães**, n. cerca de 1362. Casou cerca de 1379 com **Gonçalo Rodrigues de Araújo**⁴³, n. cerca de 1350, senhor de Lobios (Ourense), alcaide-mor de Lindoso (12.10.1382)⁴⁴, que apoiou o partido da rainha D. Beatriz e morreu na batalha de Aljubarrota (14.8.1385).⁴⁵ Serviu com quatro

³⁴ Rui era então um diminutivo de Rodrigo, sendo ainda o mesmo nome.

³⁵ Tanto mais que, nesta época, em regra só vejo usar Rui quando o nome (patronímico) seguinte começa por uma vogal.

³⁶ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 1, f. 7.

³⁷ Concelhos extintos em 1855 e integrados no de Vila Verde.

³⁸ A lança era uma unidade de cavalaria que integrava seis pessoas e quatro cavalos.

³⁹ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 1, f. 111.

⁴⁰ Que confunde este Afonso Rodrigues de Magalhães com seu neto homónimo.

⁴¹ Que as genealogias mais tardias chamam Tereza de Andrade.

⁴² Vide José Augusto de Sottomayor-Pizarro, ob. cit., Vol. I, pág. 567.

⁴³ Também aparece inicialmente como Gonçalo Anes de Araújo, portanto com o patronímico do pai. Gonçalo Rodrigues era o prenome e patronímico de seu avô materno Gonçalo Rodrigues Veloso, senhor de Lobios, a quem sucedeu.

⁴⁴ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 3, f. 65v.

⁴⁵ A 23.1.1387 D. João I doou a Gonçalo Peres Coelho, seu vassalo, a quintã de "Xedroões", no julgado de Barroso, que foi de "gonçallo Roiz daRaugo", que "morreo em nosso desujo" (ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 179v).

lanças o rei D. Fernando, de quem foi vassalo e que lhe doou o senhorio de Lindoso, as terras de Vilar de Vacas e Cidrais, a quintã de Xedrões e as jugadas e portagens de Castro Laboreiro (12.10.1382 e 20.4.1383).⁴⁶ Era filho sucessor de Pedro Anes de Araújo⁴⁷, fronteiro da Galiza, e neto materno de Gonçalo Rodrigues Veloso, que fez a torre de Lobios, verificando-se nesta linhagem uma onomástica muito extravagante para a época. C.g.⁴⁸

- 3.2. **Gil Afonso de Magalhães**, vassalo de D. João I, senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada (9.6.1387), senhor de Lindoso, com todos os seus direitos e rendas (16.5.1387)⁴⁹, n. cerca 1364 e fal. depois de 1404. Era o mais velho e faleceu solteiro, sem geração, tendo o irmão Diogo Afonso sucedido na quintã e torre de Magalhães e no couto de Fontarcada. A 9.6.1387 D. João I confirmou a Gil Afonso de Magalhães o couto e honra de Fontarcada, que "*soya de seer coutado e honrado per aquella gisa e condiçam que o era em tempo dos outros reis que ante nos foram*", depois de o dito Gil Afonso de Magalhães se ter queixado ao rei de que tinha esse couto de seus antepassados, que era couto e honra, e "*que ora lhe vão contra os dictos coutos e honrras e lhas no querem guardar*", no que "*recebe grande agravo e perda e dapno*".⁵⁰ A 20.5.1398 (confirmado a 26.6.1398), o mesmo rei doou a dita terra e castelo de Lindoso a Pedro Anes de Araújo (seu sobrinho, filho de sua irmã, referida atrás).⁵¹ Mas Gil Afonso só morreu depois de 11.1.1404, data em que D. João I o adverte para que não faça mal nem dado aos bens do mosteiro de Vila Nova de Munha (Muía).⁵²
- 3.3. **Diogo Afonso de Magalhães**, *que segue no nº 4*.
- 3.4. **Rodrigo Afonso de Magalhães**, n. cerca 1369. Sobre ele nada se sabe, nem mesmo o nome da mulher com quem casou.
- 3.4.1. **Leonor Rodrigues de Magalhães**, n. cerca 1395. Foi a 2ª mulher⁵³ de **Vasco Machado**, n.

⁴⁶ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 2, f. 102; e l. 3, f. 66.

⁴⁷ O conde D. Pedro não trata os Araújo, não tanto por serem galegos, pois trata outros, mas certamente por então (1340/4) ainda não se terem constituído como uma linhagem significativa. Segundo o marquês de Montebelo, nas notas ao dito conde D. Pedro (1646, f. 536), o 1º deste nome foi Vasco Rodrigues de Araújo, que casou com uma filha Pedro Anes Velho, dito mestre da Ordem de Santiago em Portugal, e foram pais deste Pedro Anes de Araújo, "*fronteiro en aquella parte de Galicia, quando tomô la voz de Portugal*". Mas não há nenhum Pedro Anes, Velho ou não, que tenha sido mestre da Ordem de Santiago, nem em Portugal nem em Castela. Sendo contudo de aceitar que Vasco Rodrigues tenha casado com a filha de um Pedro Anes, pois só isso justifica o nome do filho. Diz ainda Montebelo que o neto homónimo deste Pedro Anes de Araújo casou com uma filha do senhor de Pedroso, sem os nomear. Genealogias posteriores, como Gaio (Pedrosos, §1), a este senhor de Pedroso chamam Rui Gonçalves Pedroso. A verdade é que documento um Rui Gonçalves de Pedroso, referido como morador em Soajo e filho de Pedro Anes de Araújo numa carta real de 5.3.1401 (ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 170v). O nome do filho, de facto, indica que Pedro Anes de Araújo casou com uma filha de um Rui Gonçalves de Pedroso. E o Pedroso de que seria senhor, em que sucedeu o neto materno, era certamente a actual freguesia de Padroso, junto a Soajo, nos Arcos de Valdevez. Mas, dada a cronologia, o Pedro Anes de Araújo documentado pai de Rui Gonçalves de Pedroso não podia ser o filho de Gonçalo Rodrigues de Araújo, pois esse Pedro Anes só nasceu cerca de 1380, pelo que não podia ter um filho a fazer tomadias em Soajo antes de 1401. Assim sendo, este Rui Gonçalves de Pedroso, n. cerca de 1360, só podia ser meio-irmão de Gonçalo Rodrigues de Araújo, ambos filhos do mais antigo Pedro Anes de Araújo, que assim casou duas vezes, a 1ª com uma filha sucessora de Gonçalo Rodrigues Veloso, senhor de Lobios, e a 2ª vez com uma filha sucessora de Rui Gonçalves de Pedroso, senhor de Pedroso (Padroso).

⁴⁸ De Gonçalo Rodrigues de Araújo foi filho sucessor Pedro Anes de Araújo, n. cerca de 1380. Não sucedeu no senhorio de Lindoso, não só porque o pai morreu em desserviço mas também porque era menor. O senhorio passou a Diogo Gil e depois a seu tio materno Gil Afonso de Magalhães. Só a 20.5.1398, teria 18 anos, já vassalo, D. João I lhe doou o senhorio e castelo de Lindoso, confirmado a 26 de Junho seguinte.

⁴⁹ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 1. Mercê a "*gil afom de magalhães seu uasalo a terra da lindoso com todos seus djrt rendas pella gisa que a tragia diego gil*".

⁵⁰ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 33.

⁵¹ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 145 e 146v.

⁵² ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 199.

⁵³ Vasco Machado casou a 1ª vez com Joana Coutinho, mas passou a Castela, perdendo os bens. A 17.10.1392 D. João I doou a Mécia Vaz Coutinho todos os bens móveis e de raiz de Vasco Machado e sua mulher, "*porquanto se foram per acastela*

cerca 1365, escudeiro, legitimado por carta real de 12.10.1390⁵⁴, que fora senhor da Torre de Geraz e da honra de Pinho (Boticas), senhor de juro e herdade de Sanfins e Matosinhos, ambas no termo de Chaves (17.11.1387)⁵⁵, alcaide-mor de Chaves (antes de 1387)⁵⁶ e de Lanhoso (depois de 1390)⁵⁷, etc. C.g., sendo nomeadamente pais de Pedro Machado, n. cerca de 1413, que nesta linhagem foi o 1º senhor de juro e herdade de Entre-Homem-e-Cávado (19.1.1450)⁵⁸ e senhor da Torre do Crasto, em Amares.

- 3.4.2. **Gonçalo Rodrigues de Magalhães**, deão da Sé de Lamego. A 12.7.1455, D. Afonso V concedeu a Gonçalo Rodrigues de Magalhães, deão da Sé de Lamego, carta de privilégio por ser homem fidalgo e de boa linhagem, e estar pronto para servir na guerra com as suas bestas e armas, para todos os seus mordomos, amos, lavradores e apaniguados na comarca e correição da Beira.⁵⁹ A 27.5.1455, o mesmo rei nomeou Diogo Fernandes, criado de Gonçalo Rodrigues de Magalhães, deão da Sé de Lamego, que por ele pediu, para os cargos de escrivão dos feitos das sisas régias, inquiridor e contador dos feitos que se tratam perante os juizes na cidade de Lamego, em substituição de Fernão Pires, que morrerá.⁶⁰

3.4.2.1. (L) **Leonor Gonçalves de Magalhães**, legitimada por carta real de 13.3.1441, havida em Leonor Gonçalves.⁶¹ As genealogias tardias dizem que casou com **Vasco Paes Cardoso**, de Caria, c.g.

3.4.2.2. (N) **Aires Gonçalves de Magalhães**, escudeiro do infante D. Pedro e criado do arcebispo de Braga, morador em Ponte de Lima quando a 31.1.1441 D. Afonso V o nomeou, a pedido do dito arcebispo, para o cargo de meirinho da comarca de Entre-Homem-e-Cávado, em substituição de João Lourenço Bugalho, que morrerá.⁶²

- 3.4.3. **Paio Rodrigues de Magalhães**, cavaleiro da Casa do duque de Bragança, foi senhor de Airros (Regalados) e da Quintã de Esturãos, também dita de Mato Bom, no termo de Ponte de Lima, com sua jurisdição cível e crime. Esteve com seu primo Fernão de Magalhães na morte de Álvaro Soares de Albergaria. A 20.2.1464, D. Afonso V perdoou a justiça régia a Paio Rodrigues de Magalhães, escudeiro do duque de Bragança, culpado da morte de Álvaro Soares de Albergaria.⁶³ A 13.7.1464, o mesmo rei concedeu carta de privilégio de fidalgo a Paio Rodrigues de Magalhães, cavaleiro da Casa do duque de Bragança, para a comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho, isentando do direito de pousada todos os seus lavradores, encabeçados, mordomos, amos e apaniguados que lavrarem suas herdades, quintas e casas.⁶⁴ E a 8.7.1476 doou a Maria da Cunha, filha de Álvaro Carvalho, o lugar de Airros, no julgado de Regalados,

terra de seus enmjgos” (ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 148). Tiveram um filho, António Machado, que ficou em Castela. Vasco Machado, depois de viúvo, regressou a Portugal, onde casou 2ª vez cerca de 1412, teria já 47 anos.

⁵⁴ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 73v. Filho de Gonçalo Machado, cavaleiro, senhor da Torre de Geraz e da honra de Pinho (Boticas), alcaide-mor de Lanhoso (1.9.1372) e de Ervededo (1343), etc., havido em Mor Pires.

⁵⁵ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 30.

⁵⁶ Na doação de Sanfins e Matosinhos (1387) é referido como escudeiro e alcaide-mor de Chaves.

⁵⁷ Na sua legitimação (1390), Vasco Machado é ainda referido como alcaide-mor de Chaves.

⁵⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 11, f. 150 e 150v. D. Afonso V doa para sempre a Pedro Machado, fidalgo da sua Casa, a terra de Entre-Homem-e-Cávado, com todas as rendas, foros, moutados e maninhos, direitos e pertenças, enquanto sua mercê for, toda a jurisdição cível e crime, mero e misto império, ressaltando a correição e alçada, que possa por juizes e meirinhos, a partir do momento em que fossem pagas 500 dobras de ouro a D. Maria de Azevedo, que a tinha empenhada por seu casamento com Álvaro de Meira. Ver o que ficou dito na nota nº 28.

⁵⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 15, f. 64v.

⁶⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 15, f. 40v.

⁶¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 23, f. 20.

⁶² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 23, f. 49v.

⁶³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 189v.

⁶⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 108v.

freguesia de Guimarães, que pertencera a Paio Rodrigues de Magalhães.⁶⁵ Casou com **D. Maria de Sequeira**, que também se documenta como *Maria Novais*. As genealogias tardias dizem que casou com Isabel Vaz de Sequeira, confundindo-o com seu primo-direito Paio Afonso de Magalhães, referido adiante no nº 4.4.1., que de facto terá casado com Isabel Vaz. Mas esta confusão desfaz-se facilmente não só pelo teor da documentação da chancelaria mas também pela matrícula em ordens menores do filho, e outra documentação, como a justificação de nobreza de seu trineto João de Magalhães⁶⁶, para já não falar no testemunho de seus descendentes de Mato Bom no processo de Lourenço de Magalhães. Na matrícula do filho documenta-se que este Paio Rodrigues casou com Maria Novais, sendo moradores em Arcozelo quando o filho Heitor Paes tirou ordens menores em Braga a 27.3.1456. Depois são ditos moradores na sua Quintã de Esturãos (ou Quinta de Mato Bom).

3.4.3.1. **Violante de Magalhães**, n. cerca de 1441. Casou com **João Barbosa**, escudeiro da Casa de Bragança, morador em Ponte de Lima e senhor da Quinta de Penteeiros. A 9.11.1458, D. Afonso V confirmou a João Barbosa, escudeiro da Casa do duque de Bragança, todos os privilégios, honras, tomadias e liberdades que tem numa quinta no termo de Ponte de Lima, entre S. Pedro de Arcos e Estorãos (Quinta de Penteeiros).⁶⁷ Era filho de Pedro Barbosa⁶⁸ e sua mulher Senhorinha Anes Vieira. A 13.5.1444, o mesmo rei perdoou a justiça régia e concedeu carta de segurança a Gil Gonçalves, criado de Pedro Barbosa, pela fuga da prisão, contanto que se livre de direito do que era acusado.⁶⁹ Este Pedro Barbosa era filho de Gonçalo Fernandes Barbosa, cavaleiro, senhor da honra de Aborim e do couto de Brandara, etc., e de sua mulher Beatriz Correa, filha dos senhores de Fralães. Na instituição do morgadio de Aborim, seu neto Álvaro Barbosa diz que Gonçalo Fernandes Barbosa era "*homem honrado tam possante que tinha desouto a vinte de cavallo e com tanto serviu continuamente elRei Don Joam na Batalha Real e outros lugares de cavalaria*", e que dele ficaram cinco filhos legítimos e três bastardos, sendo seu filho primogénito Fernão Gonçalves Barbosa, de quem era filho maior o instituidor. Violante de Magalhães e seu marido tiveram uma filha única, Isabel Barbosa, sucessora, que foi a 1ª mulher de seu primo Fernão de Souza de Magalhães, referido adiante no nº 5.3.

3.4.3.2. **Heitor (Paes) de Magalhães**, escudeiro, n. cerca de 1442. Como "*Eytor Paaes, filho de Paay Rodriguez de Magalhãaes e de sua molher Maria Nouaaes moradores na freeguesia de Arcuzello desta diocese*", tirou ordens menores em Braga a 27.3.1456.⁷⁰ Como Heitor de Magalhães, morador na honra de Sanfins, a 2.4.1487 teve carta de privilégio de fidalgo, onde D. João II diz: "*porquanto é homem fidalgo, segundo provou per inquirição que sobre ele mandamos tirar, e há-de estar prestes pera nos servir na guerra com homens e armas e bestas*".⁷¹ A 23.7.1487, sendo também referido como escudeiro, foi coudel de Felgueiras e Lousada.⁷² A 6.6.1487, numa carta de perdão de D. João II⁷³, diz-se também que morava em Sanfins, termo de Unhão: "*Sabede que Eitor de Magalhães, morador em Sanfiz (Sanfins), termo de Unhão, nos enviou dizer que poderia haver 15 anos, pouco mais ou menos, vivendo ele com Pai Rodrigues de Magalhães, seu irmão, o qual indo pera uma sua quinta, da qual era caseiro um Rodrigo*

⁶⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 6, f. 122v.

⁶⁶ Documento onde Paio Rodrigues de Magalhães consta casado com D. Maria de Sequeira.

⁶⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 36, f. 97 e 97v.

⁶⁸ Vide o meu "*Ensaio sobre a origem dos Correa, senhores de Fralães. Séculos XIV e XV*", 2005.

⁶⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 24, f. 63.

⁷⁰ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

⁷¹ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 19, f. 127.

⁷² ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 20, f. 130v.

⁷³ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 20, f. 64.

Álvares, houvera com o dito seu caseiro razões sobre a pensão que lhe não pagava e lhe devia, em tal maneira que fora ferido o dito Rodrigo Álvares de uma ferida pequena em um dedo e lhe mandara tomar 10 almudes de vinho, que valiam 150 reais, da qual ferida fora são e sem aleijão. E que por elo querelara dele suplicante o dito Rodrigo Álvares, dizendo que ele fora em ajuda de o dito seu irmão o ferir e injuriar e roubar, por a qual razão se ele amorara. E andando amorado diz que o dito quereloso lhe perdoara", segundo se via no instrumento público apresentado, feito por Álvaro Anes, tabelião em Terra de Unhão, a 21 de Fevereiro do presente ano". Noutra carta, de 3.4.1490, já consta como morador no Porto.⁷⁴ Casou cerca de 1480 com **Leonor da Rocha**⁷⁵, filha de D. Frei Gomes da Rocha, comendatário de Pombeiro e bispo de Titiopoli, etc., c.g.

3.4.3.3. **Paio Rodrigues de Magalhães**, referido atrás.

3.4.3.4. **Afonso de Magalhães**, fidalgo da Casa Real, morador em Braga, quando a 7.5.1476 D. Afonso V lhe doou uma tença de 5.000 reais, a partir de Janeiro de 1476, a juntar à quantia que já lhe fora dada de 5.000 reais, o que perfaz a soma total de 10.000 reais.⁷⁶

3.4.3.5. **Gomes Rodrigues de Magalhães**, que Gaio diz ter tido carta de armas⁷⁷ e ter vivido em St^a Cruz, termo de Ponte de Lima, tendo casado com **Guiomar Vaz de Abreu**, c.g.

3.4.3.6. **Leonor de Magalhães**, n. cerca de 1450, que parece ter sucedido na Quintã de Esturãos (Mato Bom), pois na justificação de seu bisneto João de Magalhães⁷⁸ diz-se que esta quinta foi de Fernão de Magalhães, filho desta Leonor, e depois do antedito João de Magalhães. Casou com **Diogo Afonso de Calvos**, que era filho natural de Mendo Afonso de Calvos, cavaleiro da Ordem de S. João e comendador de Távora e Aboim nesta ordem, e neto de Afonso Vasques de Calvos, vassalo de D. Afonso V, criado do duque de Bragança, escrivão da puridade da duquesa de Bragança, escrivão dos órfãos, da Câmara e das sisas do julgado de Cabeceiras de Basto (16.12.1456)⁷⁹, que ainda vivia no Porto em 1454. A 1.10.1445, D. Afonso V aforou para sempre a Afonso Vasques de Calvos, seu vassalo, criado do duque de Bragança e do conde Barcelos, morador na cidade do Porto, umas casas da rua Nova da dita cidade, por a sua arrendatária, Leonor Pereira, ter morrido sem deixar herdeiros, mediante o pagamento anual de 7 onças de prata e com determinadas condições.⁸⁰ A 28.11.1454, o mesmo rei privilegiou Afonso Vasques de Calvos, morador na cidade do Porto, escudeiro do duque de Bragança, que fora escrivão da puridade da duquesa de Bragança, e a seu pedido, isentando-o de ser procurador, juiz e vereador do concelho, bem como dos ofícios e encargos concelhios.⁸¹ Foram pais de Fernão de Magalhães, que viveu na sua Quinta de Mato Bom, em Estorãos, c.g.⁸²

⁷⁴ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 12, f. 83v.

⁷⁵ Vide o meu estudo "*Reflexões sobre a origem dos Rocha, dos Aguiã, dos Calheiros e dos Jácome*", 2011, in revista "Raízes & Memórias", nº 29, Dezembro de 2012, pág. 173.

⁷⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 7, f. 37v.

⁷⁷ Ob. cit., Magalhães, §58, nº 8. A carta não consta no Cartório da Nobreza nem na bibliografia especializada.

⁷⁸ Justificação de nobreza de João de Magalhães e seus filhos, feita a 15.12.1579 no tabelião de Barcelos Baltazar Machado, de que tenho cópia.

⁷⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 13, f. 91.

⁸⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 25, f. 97; e l. 11, f. 151v. Insere carta do mesmo rei de 1.10.1445.

⁸¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 10, f. 116.

⁸² António de Magalhães, escudeiro fidalgo, morador em Ponte de Lima, testemunhou no já referido processo de 1563, onde se diz neto de Fernão de Magalhães, morador na sua Quinta de Mato Bom, em Estorãos. No já referido processo de Lourenço de Magalhães testemunham dois filhos, um sobrinho e um neto do antedito Fernão de Magalhães, de Mato Bom, que, embora se mostrem muito incertos quanto ao grau de parentesco que tinham com Lourenço, se acabam por declarar parentes no ou dentro do 4º grau, e o neto fora deste grau. Na verdade, a única testemunha que se revela verdadeiramente informada sobre real genealogia familiar é o seu chefe, Manuel de Magalhães e Menezes, como ficou dito. Muitos anos disto permitem-me dizer, com pouca ou nenhuma margem de erro, que é absolutamente anormal nesta e noutras épocas, até na actual, as

- 3.4.3.7. **Pedro de Magalhães**, que a 20.4.1486 teve mercê de 12.000 reais de tença.⁸³ Gaio diz que viveu no Porto. Talvez o Pedro de Magalhães casado com uma D. Isabel, cujo filho Fernando tirou ordens menores em Braga a 31.3.1504.⁸⁴
- 3.4.3.8. **Filipa de Magalhães**, que casou com *Martim da Mesquita*.⁸⁵ Tiveram pelo menos um filho, Luiz, que tirou ordens menores em Braga a 32.3.1504.⁸⁶
- 3.5. **Pedro Afonso de Magalhães**, n. cerca de 1370. Sobre ele também nada se sabe, nem mesmo o nome da mulher com quem casou.
- 3.5.1. **João Pires de Magalhães**, n. cerca de 1400. Casou com *Maria de Lima*, segundo a carta de armas (1605) referida adiante.
- 3.5.1.1. **Rodrigo Afonso de Magalhães**, segundo diz a carta de armas (8.7.1605)⁸⁷ de seu bisneto António Homem de Magalhães, juiz dos órfãos de Porto de Mós. Nesta carta, que lhe concedeu um escudo esquartelado de Magalhães e Homem, declara-se filho de Vidal Homem de Magalhães⁸⁸ e sua mulher Maria Cid, moradores que foram na vila de Ourém, neto paterno de Nuno Rodrigues de Magalhães e materno de João Homem, bisneto de Rodrigo Afonso de Magalhães e trineto de João Pires de Magalhães e D. Maria de Lima. Rodrigo Afonso, a ser verdadeira a sua filiação em João Pires, terá assim

peçoas conhecerem a sua própria genealogia para além dos avós, quando muito bisavós, salvo na circunstância muito especial de serem genealogistas. O caso de Manuel de Magalhães e Menezes seria portanto excepcional, o que se entende por ser chefe da família e porventura um curioso da genealogia. Os parentes de Mato Bom devem ter-se declarado parentes dentro do 4º por mimetismo com o que havia declarado Manuel de Magalhães e Menezes, pois na verdade não sabiam ao certo, como é normal. E, de facto, eram parentes de Lourenço de Magalhães dentro do 5º grau.

⁸³ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 4, f. 11.

⁸⁴ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

⁸⁵ Vide o meu *“Ensaio sobre a Origem dos Mesquita”*, 2006.

⁸⁶ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

⁸⁷ Transcrita na íntegra in *“Arquivo Heraldico-Genealogico”*, 1872, do Visconde de Sanches de Baena, pág. 607 e 608.

⁸⁸ Deste Vidal Homem de Magalhães e sua mulher foi bisneto outro Vidal Homem de Magalhães, n. em Ourém, cavaleiro fidalgo da Casa Real em sucessão ao avô (9.5.1699), sargento-mor e capitão-mor de Santarém nas guerras da Restauração, etc., que casou com D. Maria Josefa de Quevedo. Deste foi neto Manuel Correa de Quevedo Homem de Magalhães, b. a 10.8.1684 em Lisboa (Castelo) e fal. a 6.3.1747, ib, moço da câmara dos 40 do número de D. João V, com a moradia de 406 réis por mês e ¾ de cevada por dia (29.5.1709), acrescentado a 3.8.1728 escudeiro fidalgo e logo cavaleiro fidalgo da sua Casa, com a moradia 1.100 réis por mês e um alqueire de cevada por dia. A 2.4.1745 passou também a servir de guarda das damas e porteiro da 1ª antecâmara da dita rainha D. Maria Ana de Áustria, sendo acrescentado com mais 1.000 réis e 1 alqueire de cevada. Como Manuel Correa de Quevedo, natural de Lisboa, esteve matriculado em Cânones na Universidade de Coimbra entre 1701 e 1704. Serviu depois na guerra em 1707 e 1708, ano em que casou a 1ª vez. A 31.1.1752, já tinha falecido, pelos seus serviços teve de D. José I mercê de três tenças anuais vitalícias, de 53.333 réis cada uma, para sua mulher e cada uma das suas duas filhas, bem como a Ordem de Cristo com 20.000 réis de pensão para seu filho. Manuel Correa de Quevedo Homem de Magalhães casou a 2ª vez a 22.5.1732 em Lisboa (Pena) com D. Francisca Xavier de Andrade da Cunha de Eça, que depois de viúva foi dama da câmara da rainha D. Maria Ana de Áustria, b. a 3.12.1707 em Lisboa (Pena) e fal. viúva a 8.8.1782 na Quinta do Cruzeiro, em Bóveda, freguesia S. Pedro de Agostém (Chaves). Destes foram filhos Pedro José Correa de Quevedo Homem de Magalhães, escudeiro fidalgo da Casa Real (14.3.1752), cavaleiro professo da Ordem de Cristo (2.3.1752), porteiro da câmara da rainha D. Maria Ana de Áustria, governador de Benguela (1784-8), cadete do Regimento de Lippe, guarda-marinha, tenente de cavalos, ajudante de ordens do governo de Angola (8.4.1770) e sargento-mor de Infantaria (14.2.1783), que teve carta de armas para Correa, Quevedo, Homem e Magalhães (9.10.1783), s.g., e D. Henriqueta Júlia Gabriela de Quevedo da Cunha de Eça, dama da câmara da rainha D. Maria I, b. a 27.12.1739 em Lisboa (Stª Engrácia) e fal. em Lisboa cerca de 1803, certamente no paço real da Ajuda, que casou a 22.5.1657 em Lisboa (Ajuda), com José de Souza Cardoso Pizarro, tenente (1761) e capitão (1770) de Cavalos do Regimento de Dragões na Praça de Chaves, n. a 17.6.1728 em Chaves (Stª Maria Maior) e fal. a 1.1.1781, ib, que pelos serviços de sua sogra D. Francisca Xavier como dama da câmara da rainha D. Maria Ana de Áustria teve a 11.5.1777 a mercê do foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, com moradia de 1.600 réis, e a 21.6.1777 foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo, com 30.000 réis de pensão, por mercê dada ao cunhado Pedro José Correa de Quevedo Homem de Magalhães, que a pediu para ele, por já ser professo nessa ordem. C.g. nos Homem de Magalhães Quevedo de Souza Cardoso Pizarro, da Casa de Bóveda (Chaves), e através deles nos Sottomayor Pizarro, nomeadamente do meu querido amigo Prof. Doutor José Augusto de Sottomayor Pizarro.

recuperado o prenome e patronímico de seu trisavô, que também era o de seu tio-avô. Na genealogia apresentada na carta de armas destoa o nome do pai do habilitado, já que a ascendência Homem é aparentemente apresentada pelo lado da mãe do habilitado. É assim provável que João Homem, que a redacção da carta parece apresentar como avô materno do habilitado, portanto pai de Maria Cid, seja na verdade avô materno de Vidal Homem de Magalhães, portanto bisavô do habilitado, como a redacção também permite e a onomástica torna evidente. Acrescenta a carta que João Homem era filho de Lopo Homem e neto de Fernão Rodrigues Homem, contador de Coimbra.

3.5.1.2. **Diogo Anes de Magalhães**, que as genealogias dizem ter sido senhor da quintã ou honra de Merilhões, no termo dos Arcos. Deve ser o Diogo de Magalhães, escudeiro da sua Casa, a quem a 30.9.1440 D. Afonso V concedeu carta de privilégio para os seus apaniguados da correição de Entre-Douro-e-Minho.⁸⁹

3.5.1.3. **Fernando Anes de Magalhães**, que as genealogias dizem que foi armado cavaleiro em Arzila por D. Afonso V, mas não aparece na respectiva Chancelaria. Dizem também que era filho do Diogo Anes que leva como irmão. Pela cronologia, contudo, e até pelo patronímico, este Fernão Anes seria irmão e não filho de Diogo Anes. É certamente o Fernando de Magalhães que a 22.9.1490 foi nomeado escrivão do pescado de Vila do Conde.⁹⁰ Ainda vivia a 25.8.1533, quando Fernando Anes de Magalhães, fidalgo da Casa d'el rei, fez procuração para que Jorge da Lomba, em seu nome, cobrasse 12.000 reais do almoxarife de Ponte de Lima, que lhe eram desembargados.⁹¹

3.5.2. **Rui Pires de Magalhães**, n. cerca de 1402 e fal. depois de 1480, cónego da Sé de Coimbra e prior da Lousã. Alão não o entronca. Gaio di-lo filho de João de Magalhães, senhor da Barca, o que é erro evidente mas muito repetido ainda hoje, tanto mais que muitos dos seus descendentes começaram, a partir do séc. XVII, a usar Magalhães e Menezes, ainda que indevidamente, por osmose com os seus parentes senhores da Barca. Julgo, até pelo patronímico, que este Rui Pires era filho do Pedro Afonso que leva por pai. Vem como Rui Pires de Magalhães, cónego da Sé de Coimbra e prior da Lousã, na legitimação dos filhos (1475). Deve ser o Rui de Magalhães, clérigo, arcediogo de Viseu, a quem D. Afonso V a 28.10.1451 privilegiou, concedendo-lhe autorização para andar em besta muar de sela e freio.⁹² E ainda o Rui Pires, escudeiro de João de Magalhães⁹³, que a 26.7.1446 o mesmo rei nomeou por cinco anos para o cargo de coudel no julgado de Nóbrega e Souto de Rebordões e seu termo, em substituição de Gil Tição.⁹⁴

3.5.2.1. **(L) João de Magalhães**, escudeiro, n. cerca de 1444 e fal. em 1496, foi legitimado por carta real de 24.8.1475, havido em Maria Afonso, solteira.⁹⁵ Como João de Magalhães, morador em Tarouca, a 14.12.1465 foi juiz das sisas e seus feitos no julgado e freguesias de Armamar, Fontelo, Vila Seca e termo da freguesia de Tarouca, em substituição de Álvaro Pires, escudeiro de Fernão Coutinho, que renunciara.⁹⁶ Como João de Magalhães, escudeiro, morador em Tarouca, a 15.1.1487 foi nomeado escrivão das sisas de Armamar, Fontelo e Vila Seca.⁹⁷ A 1.7.1482 foi tabelião de Mesão Frio⁹⁸, a

⁸⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 20, f. 136.

⁹⁰ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 13, f. 123.

⁹¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 185, nº 3.

⁹² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 15, f. 94.

⁹³ Neste caso, o seu primo senhor da Barca.

⁹⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 5, f. 66v.

⁹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 118. Legitimado com todos os direitos de herança.

⁹⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 14v.

⁹⁷ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 19, f. 1v.

⁹⁸ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 4, f. 78; e l. 19, f. 65.

20.6.1486 coudel de Amarante⁹⁹, a 4.7.1487 tabelião de Gestaço, de Gouveia e do Mestrado¹⁰⁰, e a 27.10.1492 escrivão das sisas de Cerva.¹⁰¹ Fal. pouco antes de 6.2.1496, pois nesta data Dinis Afonso, escudeiro d'el rei, foi nomeado juiz das sisas de Armamar, Fontelo e Vila Seca, como até então fora João de Magalhães, que o ofício tinha e falecera.¹⁰² Dizem as genealogias que este João de Magalhães viveu em Amarante e casou com Maria de Basto, filha do abade de S. João de Louredo, sendo pais dos que se referem adiante. Mas a verdade é que esses alegados filhos são mais tardios. Por outro lado, há um João de Magalhães que a 5.7.1504, sendo escudeiro, morador em Amarante, foi nomeado procurador do número da comarca e correição de Trás-os-Montes¹⁰³, e a 10.5.1515, sendo então dito escudeiro e morador em Tarouca, foi nomeado tabelião do público e do judicial desta vila.¹⁰⁴ Tudo indica que se trata de pai e filho, homónimos, que as genealogias fundiram num só. Assim, o filho é que terá casado com Maria de Basto, e sido pai de Francisco de Magalhães, escrivão das sisas¹⁰⁵ e tabelião¹⁰⁶ de Celorico de Basto, que casou com Isabel Vilela, com muita geração, entre a qual Gaspar de Magalhães de Macedo, juiz dos órfãos de Celorico de Basto, que como Gaspar de Magalhães teve este ofício a 27.3.1658, por desistência de seu tio Rui Vilela (casado com sua tia Maria de Magalhães)¹⁰⁷, e como Gaspar de Magalhães de Macedo nele foi confirmado a 19.4.1670.¹⁰⁸ Dos anteditos João de Magalhães e Maria de Basto foi também filho António de Magalhães, que Alão diz ter vivido na Quinta da Porta de Subdevesa, no termo de Unhão (S. Miguel de Lousada?) e casado com Genebra Teixeira. Nascido cerca de 1505, este deve ser o António de Magalhães que foi procurador do número de Santa Cruz de Riba Tâmega¹⁰⁹, antigo concelho que foi integrado no de Amarante. Foi pai, entre outros, de Manuel de Magalhães, procurador do número de Celorico de Basto¹¹⁰ (casado a 30.9.1561 em S. Gonçalo de Amarante¹¹¹ com Filipa Coelho, c.g.) e de Fernão de Magalhães Teixeira, que teve a Quinta do Covo, em S. Pedro de Vila Chã de S. Roque (Oliveira de Azeméis) por sua mulher Antónia de Almeida, para a qual quinta teve a 20.8.1564 privilégio para ter forno de vidro.¹¹² Ambos estes irmãos com geração que depois acrescentou o nome Menezes¹¹³, nomeadamente nos condes de Alvelos, na dita Quinta do Covo e na Quinta da Torre da Lixa. Craesbeeck (1726)¹¹⁴, salientando que na capela desta última quinta, que tiveram por compra, havia uma pedra de armas já então muito gasta e ilegível,

⁹⁹ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 4, f. 82.

¹⁰⁰ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 4, f. 78; l. 10, f. 107; e l. 20, f. 115v.

¹⁰¹ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 7, f. 64.

¹⁰² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 32, f. 112v.

¹⁰³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 23, f. 22v.

¹⁰⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 24, f. 42 e 122.

¹⁰⁵ ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 8, f. 56.

¹⁰⁶ ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 67, f. 195v.

¹⁰⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, l. 23, f. 76.

¹⁰⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, l. 26, f. 447v.

¹⁰⁹ ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 24, f. 123.

¹¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, l. 28, f. 335; e l. 32, f. 78v.

¹¹¹ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹¹² ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, l. 4, f. 116.

¹¹³ Certamente por osmose ou por se julgarem descendente da Casa da Barca.

¹¹⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, in "*Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*", edição de 1992, Vol. II, pág. 37.

refere instrumentos, que viu¹¹⁵, que davam o cónego Rui Pires de Magalhães como filho do 1º senhor da Barca, o que, para além do mais, é uma impossibilidade cronológica e onomástica. E este natural tropismo para a Casa da Barca, que veio depois a constar nas genealogias tardias, conduziu ao acrescentamento do nome Menezes nesta linha, até então nunca usado. Acresce, aliás, que o nome Magalhães e Menezes usado pela Casa da Barca só surge com os casamentos do 2º senhor, Gil de Magalhães, primeiro com D. Maria de Menezes e depois com D. Isabel de Menezes. De resto, o filho sucessor do antedito Manuel de Magalhães, procurador do número de Celorico de Basto, o Dr. António de Magalhães Cerqueira, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (23.6.1594)¹¹⁶, teve carta de armas para Magalhães, Coelho, Cerqueira e Teixeira (15.6.1606)¹¹⁷, não havendo então qualquer sombra de prosápia Menezes. Só um neto deste António, o Padre João de Magalhães de Menezes, abade de Gatão e comissário do Santo Ofício (1679)¹¹⁸, adoptou pela 1ª vez nesta linha o Menezes, no que foi seguido por seu sobrinho Fernão de Magalhães e Menezes, que teve foro de cavaleiro fidalgo da Casa Real (20.3.1713)¹¹⁹ e também adoptou as armas de Souza e Menezes que, com Magalhães e Coelho, colocou na sua casa de Amarante.

- 3.5.2.2. (L) **Branca de Magalhães**, n. cerca de 1452 e legitimada por carta real de 23.4.1477 a pedido do pai, que já a perfilhara em escritura de 17.9.1476, feita em Coimbra pelo tabelião Martim Gonçalves, havida na mesma Maria Afonso.¹²⁰ Branca de Magalhães casou cerca de 1477 com *João de São Pedro*, e seguramente antes de 1479, como se vê numa carta de perdão de D. João II de 8.6.1482, que ambos tiveram por terem agredido um alfaiate¹²¹, onde ele é referido como escudeiro, criado de Álvaro da Cunha. João de S. Pedro, escudeiro, criado de Álvaro da Cunha, foi tabelião do cível e crime do julgado de Lanhoso e seu termo, por nomeação de D. João II, sendo reconduzido no cargo a 4.5.1496 por D. Manuel I¹²², que no mesmo dia o nomeou também tabelião dos vizinhos concelhos de Ribeira de Soaz e S. João de Rei, por renúncia de um Fernando Afonso.¹²³ Quinze dias depois, foi também nomeado por este rei escrivão da coudelaria de Lanhoso e seu termo.¹²⁴ A 24.11 e 14.12.1501, o mesmo rei perdoou a justiça régia a Gonçalo Martins do Rio, meirinho de Lanhoso, e Braz de Castilhes, lavrador, aí morador, por terem deixado fugir um preso que roubara a João de S. Pedro, escudeiro e tabelião desse julgado, de uma sua casa de cozinha, um vestido de sua mulher e outro seu, pratéis e pichéis de estanho e outras coisas que poderiam valer 5 ou 6.000 reais, depois de obterem do dito João de S. Pedro públicos instrumentos de perdão feitos a 28 de Outubro e 22 de Novembro de 1501, e terem pago 1.500 e 1.000 reais para a

¹¹⁵ Provavelmente a justificação de nobreza do Capitão Francisco de Magalhães, filho de Fernão de Magalhães Teixeira, que Gaio refere (Magalhães, §35, nº 11). Razão porque este ramo do Côvo adoptou o Menezes primeiro que o ramo de Amarante.

¹¹⁶ AUC, Matrículas.

¹¹⁷ Carta de armas referida por Craesbeeck, ob. cit., vol. I, pág. 302, dizendo o autor que a leu e foi tirada por António de Magalhães Cerqueira para Magalhães, Coelho, Cerqueira e Teixeira. Contudo, não costa nem no Cartório da Nobreza ou na Chancelaria de D. Filipe II, nem vem referida em Sanches de Baena, ob. cit., ou nas mais recentes colectâneas editadas por Nuno Borrego. A isto acresce que Craesbeeck (ib, pág. 279) descreve as três campas da capela de S. Tiago, no mosteiro de S. Gonçalo de Amarante, duas com armas e letreiros e uma apenas com letreiro, que é justamente a deste António, o que se estranha para quem tirou carta de armas. Diz a legenda: “*DO LDº ANTONIO D MAGALHANIS CERQUERA E SUA MOLHER. HERDEIROS. 1624*”.

¹¹⁸ ANTT, HSO, João, mç. 36, doc. 794. Como se vê nesta habilitação, nem os avós nem os pais constam como Menezes.

¹¹⁹ ANTT, RGM, D. João V, l. 5, f. 596 e 596v.

¹²⁰ ANTT, Leitura Nova, L. 1 de Legitimações, f. 277v.

¹²¹ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 2, f. 121.

¹²² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 40, f. 91.

¹²³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 40, f. 102.

¹²⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 29, f. 18.

piedade, respectivamente.¹²⁵ A 1.2.1505, João de S. Pedro, escudeiro, tabelião no julgado de Lanhoso, teve ainda mercê do ofício de tabelião do concelho do Couto de Parada de Boi, assim como até então servira João Fernandes, que falecera.¹²⁶ A filiação deste João de S. Pedro é desconhecida e diferente da que tardiamente algumas genealogias e justificações de nobreza lhe apontam, como se torna evidente pelo que ficou dito. Gaio¹²⁷, sobre este João de São Pedro diz: *“quiseram dizer ser dos Machados mas o mais certo é ser criado de Pedro Machado Sr. de Entre Homem e Cávado de que tomou o apelido, e não como seus descendentes dizem ser estes Machados legítimos o qual Pedro Machado era casado com D. Inês de Goes, e pelos bons serviços que o dito João de S. Pedro Machado tinha feito a ela, e seu marido, e ainda depois dela viúva, e mulher de Álvaro da Cunha Sr. de Lanhoso lhe deu a quinta de Magalhães de que era Sr.^a a dita D. Inês de Goes fazendo-lhe doação dela da qual quinta tomaram o apelido de Magalhães era esta quinta solar dos Magalhães, ou dos Sr.es desta casa, tinha sua Torre, e era tão grande que se dividiu em 3 filhos destes a 1^a parte se ficou chamando a quinta de Magalhães, a 2^a a quinta de Real e a 3^a a quinta da Regueira; querem seus descendentes que João de S. Pedro Machado seja P. B. do dito Pedro Machado casado que foi com a dita D. Inês de Goes”*. Com efeito, ou por engano ou por má-fé, a atoarda de que João de São Pedro era filho de Pedro Machado começou na justificação de nobreza de seu neto o Mestre Luiz de Magalhães. Mas, como bem se documenta, João de São Pedro: **1)** nunca usou o nome Machado; **2)** nenhum de seus filhos e netos usou o nome Machado nem teve a antedita Quinta de Magalhães que Gaio refere; **3)** nasceu cerca de 1454, já Pedro Machado estava casado com D. Inez de Góis, e faleceu em 1516, quando o filho Rui de Magalhães lhe sucede nos cargos; **4)** não foi “criado” de Pedro Machado mas sim de Álvaro da Cunha, senhor de Tábua, como se documenta em 1479, o qual em 1465 casou com a antedita D. Inez de Góis, viúva de Pedro Machado. Ora, nesta época, “criado” não significava servidor mas sim da criação (ser criado por), o que implica que João de São Pedro foi jovem (o mais tardar 1461) para a criação de Álvaro da Cunha, o que praticamente invalida que pudesse ser filho de Pedro Machado. De quem podia ser filho? Encontrei dois candidatos. Um, é outro João de São Pedro, que foi juiz ordinário de Braga, e que já documento a 1.6.1442.¹²⁸ Contudo, inclino-me mais para a hipótese de João de São Pedro ser filho do Martim de São Pedro, morador nas terras de Bouro, a quem a 7.4.1476 o mesmo rei perdoou a justiça régia pela fuga da prisão e por ter ajudado à fuga de outros presos, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram em Castela.¹²⁹ Este Martim de S. Pedro está na cronologia e na geografia certas. Esteve portanto com D. Afonso V na batalha de Toro (1.3.1476). Estas prisões e fugas eram muito comuns, em geral relacionadas com mortes em duelos e rixas, e em nada prejudicam o estatuto de Martim de São Pedro, que seria idêntico ao de João de São Pedro. De Branca de Magalhães e seu marido descendem muitos Magalhães das terras de Basto. Deles foram filhos, entre outros, João de Magalhães, que tirou ordens menores em Braga a 19.12.1495¹³⁰, António de Magalhães, que tirou ordens menores em 1504, *ib*¹³¹, Rui de Magalhães, que em 1516 sucedeu ao pai como tabelião do cível e crime do julgado de Lanhoso e

¹²⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 37, f. 18v; e l. 46, f. 99.

¹²⁶ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 23, f. 53.

¹²⁷ Ob. cit., Magalhães, §104.

¹²⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 23, f. 23v. D. Afonso V perdoou a justiça régia a João de Souza, escudeiro, morador na cidade de Braga, acusado de roubar uma besta ao prior do Souto do arcebispado de Braga, e outra a João de São Pedro, morador na dita cidade.

¹²⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 6, f. 109.

¹³⁰ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

¹³¹ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

escrivão da Câmara¹³², e Susana de Magalhães, 2ª mulher de Afonso Pires Falcão, escudeiro, senhor da Quinta de Barrifalcão¹³³, em Stª Senhorinha de Basto, certamente o Afonso Pires que a 16.3.1491 foi escrivão das sisas de Cabeceiras de Basto¹³⁴, sendo confirmado no cargo a 13.5.1496.¹³⁵ De Afonso Pires Falcão e sua 2ª mulher Susana de Magalhães nasceram vários filhos que seguiram o nome materno. De sua 1ª mulher Joana Vaz, Afonso Pires Falcão foi pai de Braz Pires Falcão, sucessor, que por sua vez foi pai de Bartolomeu Pires Falcão, sucessor na Quinta de Barrifalcão, onde fal. a 14.1.1613¹³⁶, casado com Ana Gonçalves (de Meirelles ou da Cunha), aí fal. a 12.1.1626.¹³⁷ Destes foi filha, entre outros, Maria Braz Falcão, fal. a 5.3.1644, ib¹³⁸, e casada a 6.9.1609, ib¹³⁹, com seu primo Francisco de Magalhães, fal. a 11.12.1637, ib¹⁴⁰, bisneto dos anteditos Afonso Pires Falcão e sua 2ª mulher Susana de Magalhães, os quais tiveram em dote de casamento, por escritura de 27.1.1609¹⁴¹, a Casa de Barrifalcão, depois também chamada Refalcão ou Rifalcão, c.g. nos viscondes de Pindela, herdeiros desta casa, e em várias outras famílias, nomeadamente nos Moura Coutinho e Magalhães Teixeira da Cunha Falcão e Andrade, da Casa de Olela, em Stª Senhorinha.¹⁴² De Susana de Magalhães e Afonso Pires Falcão foram nomeadamente filhos João de Magalhães, escudeiro fidalgo e escrivão da Câmara de Braga (onde casou com Ana de Barros, c.g.); Braz de Magalhães, senhor da Quinta de Sistelo, em Stª Senhorinha de Basto (onde casou com Maria de Faria, c.g.); e o Mestre Luiz de Magalhães¹⁴³, n. cerca de 1520 e fal. a 2.12.1582 em Amarante (S. Gonçalo)¹⁴⁴, onde casou cerca de 1545 com Catarina Cerqueira. Gaio¹⁴⁵ diz que este Luiz comprou a Quinta da Castanheira, em Telões (Amarante), foi escudeiro fidalgo como o pai e viveu na vila de Amarante, onde a 21.4.1559¹⁴⁶ justificou a sua ascendência pelos Magalhães até João de Magalhães, numa escritura feita pelo tabelião Francisco Cerqueira, que estava em casa do Dr. António José Cerqueira, médico em Amarante. Aí, segundo Gaio, João de Magalhães é dado por pai de sua avó Branca de Magalhães, o que é falso, pois esta Branca era irmã de João, o qual portanto era tio-avô deste Luiz. Dada a proximidade, não sei se é erro da justificação ou erro da leitura de Gaio. Falso também é o nome Machado que atribuiu ao avô João de S. Pedro, marido desta Branca de Magalhães, como ficou dito. E resulta desta justificação de nobreza, ou do entendimento genealógico que lhe está subjacente, que alguns destes Magalhães, nomeadamente os descendentes dele, comecem então a usar o nome Machado. O Mestre Luiz de Magalhães teve muita geração em Amarante, sendo pai de: Susana de Magalhães,

¹³² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 37, f. 68; e l. 10, f. 20.

¹³³ Quinta donde a família tirou o nome Falcão.

¹³⁴ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 9, f. 110; e l. 10, f. 102.

¹³⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 40, f. 111v.

¹³⁶ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹³⁷ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹³⁸ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹³⁹ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹⁴⁰ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹⁴¹ ADB, Paroquiais de Stª Senhorinha de Basto.

¹⁴² Vide o meu estudo *"Pinto, Moura Coutinho e Carvalho, de Santa Marinha de Zêzere (Baião). Subsídios para a sua Genealogia"*, 2000.

¹⁴³ Como aparece sempre nos paroquiais, pelo que deve ser o homónimo que teve de D. João III carta de cirurgião (ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 49, f. 95).

¹⁴⁴ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁴⁵ Ob. cit., Magalhães, §127, nº 3.

¹⁴⁶ Data referida em Cerqueiras, §103, pois em Magalhães, §127, diz 2.3.1540, data esta inaceitável.

freira em Guimarães, que foi reformadora do convento de Vila Real por ordem do arcebispo de Braga; Antónia de Magalhães, também freira em Guimarães; Manuel Machado (de Magalhães), n. cerca de 1549¹⁴⁷, que viveu na vila de Amarante, onde fal. a 21.8.1599¹⁴⁸, casado em Felgueiras com Francisca de Sampayo¹⁴⁹, com filhos nascidos entre 1586 e 1597¹⁵⁰; o Dr. Cosme de Magalhães Machado, b. a 11.11.1550 em Amarante (S. Gonçalo)¹⁵¹ e fal. a 8.5.1594, ib¹⁵², casado a 28.8.1583, ib¹⁵³, com Catarina Peixoto, com filhos nascidos entre 1584 e 1592; Branca de Magalhães, b. a 12.9.1557, ib¹⁵⁴; Isabel Machado, b. a 29.5.1561, ib¹⁵⁵, e fal. a 13.8.1633, ib¹⁵⁶, casada a 1ª vez com Gaspar Pinto, fal. a 7.12.1586, ib¹⁵⁷, s.g., e a 2ª vez a 16.9.1595, ib¹⁵⁸, com Francisco Cerqueira, o *Bigodes*, fal. a 5.10.1645, ib¹⁵⁹, também s.g.; e Luiza, b. a 1.9.1564, ib.¹⁶⁰

3.5.2.3. (L) **Filipa de Magalhães**, havida em Leonor Fernandes, solteira, legitimada por carta real de 24.8.1475.¹⁶¹

3.5.2.4. ? (N) **Florência de Magalhães**, n. cerca de 1480, que parece filha do cónego Rui Pires, mas não foi legitimada. Casou em Viseu com *Braz Fernandes do Amaral*, n. cerca de 1474, morador em Esmofe, ao que suponho na sua Quinta de Eiria. Foram pais de Fernão Vaz de Magalhães, n. cerca de 1500, senhor da dita Quinta de Eiria, em Penalva do Castelo, onde viveu casado com sua prima Joana do Amaral, c.g.¹⁶²

3.6. **Lopo Rodrigues de Magalhães**, n. cerca de 1372, que Alão¹⁶³, sem o entroncar, diz erradamente casado com Margarida Nunes, a quem dá vários filhos, entre eles Rui de Magalhães, cavaleiro da Ordem de Santiago que foi escrivão dos filamentos do conde de Portalegre. Ora, Margarida Nunes documenta-se mulher de um Lopo Rodrigues de Magalhães muito mais tardio, que proponho seu neto, referido adiante. E o 1º conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, só foi conde em 1496. Por outro lado, Alão diz que os descendentes dizem que este Lopo Rodrigues foi para Figueiró e Pedrógão "*para tratar dos bens da Casa de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos, que ficou órfão de pouca idade*". Ora, este João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos que ficou órfão de pouca idade era o cunhado de João de Magalhães, o 1º senhor da Barca. João Rodrigues nasceu cerca de 1425 e ficou órfão em 1435, com cerca de 10

¹⁴⁷ Os baptismos de S. Gonçalo começam em Novembro de 1549.

¹⁴⁸ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁴⁹ Que casou 2ª vez a 11.2.1602, ib, com Francisco de Magalhães, descendente de João de Magalhães, referido no nº 3.5.2.1.

¹⁵⁰ Entre os quais Francisco Machado de Sampayo, fal. a 7.7.1662 em Amarante (S. Gonçalo), que casou a 29.5.1632, ib, com sua prima Isabel de Magalhães, bisneta de João de Magalhães e Maria de Basto, c.g. Ainda solteiro, Francisco Machado de Sampayo teve em Isabel, moça solteira de Stª Eulália de Constance, um filho natural chamado Pedro Machado, de quem descendem os Souza Machado, do Marco e de Paredes, que pelo que ficou exposto não são Machado mas sim Magalhães.

¹⁵¹ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵² ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵³ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁴ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁵ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁶ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁷ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁸ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁵⁹ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁶⁰ ADP, Paroquiais de Amarante (S. Gonçalo).

¹⁶¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 118. Legitimado com todos os direitos de herança.

¹⁶² Vide o meu livro "*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, Vol. I, pág. 446.

¹⁶³ Ob. cit., Magalhães, de Figueiró e de Pedrógão, §1.

anos de idade, como se documenta. Pelo que este Lopo Rodrigues de Magalhães, para desempenhar tal função teria de ter já uma idade respeitável. O que acerta cronologicamente com o Lopo Rodrigues em epígrafe, que teria nascido cerca de 1372, pelo que em 1435 teria uns 63 anos. Este Lopo Rodrigues era assim tio de João de Magalhães, o 1º senhor da Barca, que casou cerca de 1438 com a irmã do dito João Rodrigues Ribeiro, sendo porventura este casamento proporcionado justamente pela influência de Lopo Rodrigues. Julgo portanto ser este o que foi para Figueiró, dando origem aos Magalhães de lá. E foi o neto homónimo que casou com Margarida Nunes, desconhecendo-se o nome da mulher deste Lopo Rodrigues.

3.6.1. **Fernão Lopes de Magalhães**, n. cerca 1402, escrivão do paço régio da Madeira na cidade de Lisboa. A 3.4.1439, D. Afonso V confirmou a nomeação de Fernão Lopes de Magalhães, criado de João Gonçalves, escrivão da puridade de D. João I, no cargo de escrivão do paço régio da Madeira na cidade de Lisboa, assim como o era em vida de D. João I.¹⁶⁴ Pelo patronímico, parece filho de Lopo Rodrigues, tanto mais que não se conhece outro Lopo nesta cronologia. Inversamente, o seu patronímico vem provar a existência de um Lopo (...) de Magalhães nascido no último quartel do séc. XIV. Alão dá a Lopo Rodrigues um filho Fernão de Magalhães, que diz ter sido cavaleiro da Ordem de Santiago e ter casado na vila de Água de Pau, ilha de S. Miguel.

3.6.1.1. **Lopo Rodrigues de Magalhães**¹⁶⁵, escudeiro da Casa Real, n. cerca de 1425/30 e fal. depois de 1517, que Alão confunde em parte com o avô homónimo que proponho, como ficou dito. Foi escrivão da Câmara e dos órfãos, da almotaçaria e da coudelaria de Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande, e coudel e inquiridor das inquirições judiciais dos mesmos concelhos. Instituiu uma capela na matriz de Figueiró dos Vinhos. Que este Lopo Rodrigues não era o Lopo Rodrigues de Magalhães que Alão e outros dizem que foi aio ou administrador da Casa ("*tratar dos bens da Casa*") de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos "*que ficou órfão de pouca idade*", é evidente não só pela cronologia mas também pelo estatuto. Sendo que este Lopo Rodrigues, que propomos neto do outro, é o Lopo Rodrigues, escudeiro de João Rodrigues Ribeiro, que a 1.3.1463 D. Afonso V nomeou por três anos para o cargo de coudel da vila de Pedrogão e Figueiró e seus termos, em substituição de Diogo Vasques, que terminara o seu tempo de exercício¹⁶⁶, sendo a 24.6.1466 substituído no cargo por Nuno Leitão.¹⁶⁷ Mas em 1463, já João Rodrigues Ribeiro tinha cerca de 38 anos e era do Conselho de D. Afonso V. A 11.2.1471, já Lopo Rodrigues era escudeiro da Casa Real, pois nesta data o mesmo rei doou a Lopo Rodrigues, escudeiro da sua Casa, umas casas que pertenceram a Afonso Anes, clérigo de missa, morador que foi em Pedrogão Grande, que as comprara sem licença régia, e à sua morte as deixara a Leonor Gonçalves, sua servidora.¹⁶⁸ A 5, 6 e

¹⁶⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 24, f. 8. Inserta carta de confirmação de D. Duarte de 17.11.1433.

¹⁶⁵ Alão, ob. cit., dá a Lopo Rodrigues de Magalhães vários filhos e filhas, uns que se documentam e outros que não, não se sabendo, dos indocumentados, que filhos podem ser deste ou de seu avô homónimo. Entre os filhos referidos que não documentei está Jorge de Magalhães, que Alão diz que viveu em Tomar e foi escrivão da Feitoria de Goa, tendo casado com Isabel Pessoa, c.g. (que pela cronologia só pode ser filho do Lopo Rodrigues neto); e Pedro de Magalhães, que diz que foi alcaide do comendador-mor e viveu na vila da Ega, onde fez umas casas nobres. Eu julgo que também foi filho deste Lopo Rodrigues de Magalhães, mas bastardo, o João Lopes referido por D. António Caetano de Sousa ("*História Genealógica da Casa Real*", 1747, Tomo XI, Parte I, Livro XIII, Parte III, Cap. IV, pág. 63 e 64), que não o filia, que diz casado com Isabel de Góis e pais de Leonor de Góis, casada com o Dr. Fernando Afonso Fajardo, médico castelhano (vide António Baião, in "*Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*", Vol. 3, pág. 117, e GEPB, vol. X, pág. 842), sendo estes pais de Maria de Magalhães (vide ANTT, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 52, n.º 58), em quem D. Afonso de Menezes e Vasconcellos, o filho primogénito e sucessor (menos no título) do 2º conde de Penela, teve o filho natural D. João de Vasconcellos de Menezes, que acabou por suceder nas Casas de Mafra e Penela por morte, s.g., de seu primo D. João Luiz de Menezes de Vasconcellos (vide o meu estudo "*CRISTÓVÃO MENDES DE CARVALHO História de um alto magistrado quinhentista e de sua família*", in "Fragmenta Historica" – Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, nº 5, 2017, pág. 11 a 105).

¹⁶⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 9, f. 34v.

¹⁶⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 14, f. 94v.

¹⁶⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 16, f. 37.

18.1.1473, D. Afonso V confirmou a nomeação vitalícia de Lopo Rodrigues, escudeiro, morador em Figueiró, feita pelos juizes, vereadores, procuradores corregedores e homens bons de Figueiró, no cargo de escrivão da câmara e dos órfãos da dita vila, bem assim como escrivão vitalício da almotaçaria do dito concelho e de escrivão da coudelaria e inquiridor de Figueiró e Pedrogão, tudo em substituição de Afonso do Porto, que morrera.¹⁶⁹ E a 18.12.1475 voltou a nomear por três anos Lopo Rodrigues, escudeiro da Casa Real, para o cargo de coudel de Figueiró e Pedrógão, em substituição de João Álvares.¹⁷⁰ Casou com *Margarida Nunes*, que ainda vivia com seu marido a 6.5.1517, quando foi feito um instrumento de renúncia e de novo emprazamento pelo qual a abadessa e freiras do mosteiro de Santa Clara de Santarém recebem de Margarida Nunes, mulher de Lopo Rodrigues de Magalhães, escudeiro da Casa d'el-rei, morador em Figueiró dos Vinhos, em seu nome e no do dito seu marido, um casal que traziam emprazado do cenóbio, dando-o agora em três vidas a Isabel de Magalhães, dona viúva de Fernão Pires, alcaide-mor da vila de Penela, moradora na dita vila de Figueiró dos Vinhos.¹⁷¹ Lopo Rodrigues de Magalhães instituiu com sua mulher uma capela na matriz de Figueiró dos Vinhos, da invocação do Espírito Santo, em que nomeou sua filha Branca de Magalhães, capela esta que a 3.2.1674, por doação¹⁷² de Joana de Magalhães (trineta desta Branca), passou ao Dr. Inácio de Magalhães, morador em Pedrógão Grande (casado a 18.10.1660 em Travanca de Lagos¹⁷³ com Maria de Abranches), filho de Francisco de Magalhães e sua mulher D. Ana, neto de Manuel de Magalhães, e 4º neto do instituidor Lopo Rodrigues de Magalhães, como se diz na doação. Francisco de Magalhães foi b. a 20.10.1592 em Pedrógão Grande¹⁷⁴, sendo filho de Manuel de Magalhães, escrivão dos órfãos de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos¹⁷⁵, fal. a 20.5.1611, ib¹⁷⁶, e de sua mulher Maria de Seabra. Este Manuel de Magalhães foi b. a 16.2.1551, ib¹⁷⁷, sendo filho de Baltazar de Magalhães, fal. a 10.10.1586, ib¹⁷⁸, e de sua mulher Isabel Leitão. Portanto, este Baltazar de Magalhães¹⁷⁹, n. cerca de 1515, era bisavô do Dr. Inácio de Magalhães. Ora, como este era 4º neto do instituidor, Baltazar de Magalhães era necessariamente neto de Lopo Rodrigues de Magalhães. Não o sendo de Branca de Magalhães, era certamente filho de seu irmão Diogo de Magalhães, que sucedeu ao pai como escrivão dos órfãos e inquiridor de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos. A 26.3.1501, D. Manuel I confirmou aos juizes, vereadores e homens bons de Pedrógão Grande a eleição de Diogo de Magalhães para escrivão dos órfãos nessa vila e seus termos, visto um instrumento de eleição, feito e assinado por Álvaro de Oliveira, tabelião nessa mesma vila, a 16.3.1501, no qual, entre outras coisas, se continha que Lopo Rodrigues, pai de Diogo de Magalhães, que o servira, renunciara em mãos d'el rei, pelo que o ofício

¹⁶⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 33, f. 5v a 8; l. 35, f. 67; e l. 37, f. 106.

¹⁷⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 153.

¹⁷¹ ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, mç. 10, doc. 660 e 661. Traslado feito a pedido do mosteiro a 4.5.1781.

¹⁷² ADLRA, Livro Notarial de Figueiró dos Vinhos, Dep. V-54-C-13, f. 79v a 81. Vide transcrição da doação in "Os Magalhães de Figueiró dos Vinhos: Contributo documental para o estudo genealógico da família Magalhães", por Miguel Portela, in Cadernos de Estudos Leirienses, 5, Setembro 2015.

¹⁷³ ADV, Paroquiais de Travanca de Lagos.

¹⁷⁴ ADLRA, Paroquiais de Pedrógão Grande.

¹⁷⁵ ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, l. 30, f. 169.

¹⁷⁶ ADLRA, Paroquiais de Pedrógão Grande.

¹⁷⁷ ADLRA, Paroquiais de Pedrógão Grande.

¹⁷⁸ ADLRA, Paroquiais de Pedrógão Grande.

¹⁷⁹ Certamente o que foi cavaleiro da Ordem de Cristo a 21.7.1571 (António Machado de Faria, "Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI", in "Arqueologia e História", Série 8, Vol. VI, 1955, pág. 32).

estava vago, e eles todos juntos, segundo seu costume, haviam elegido e apresentavam o dito Diogo de Magalhães, e visto o instrumento de renúnciação de seu pai que o suplicante mostrou, feito e assinado por Luiz Anes, tabelião por el rei na vila de Figueiró dos Vinhos, a 25.2.1501 e visto seu dizer e pedir e por acharem Diogo de Magalhães suficiente como fora o seu antecessor, o dava em sua vida, nessa vila e seus termos, por escrivão dos órfãos.¹⁸⁰ E a 7.4.1500, o mesmo rei, por carta endereçada aos juizes, concelho e homens bons de Pedrógão Grande, nomeou o mesmo Diogo de Magalhães, ali morador, inquiridor das inquirições judiciais do lugar onde mora, que era de Lopo Rodrigues que ao mesmo renunciou, de acordo com instrumento de renúncia lavrado pelo tabelião da cidade de Lisboa, Braz Afonso, datado de 2.4.1500.¹⁸¹ Além deste Diogo de Magalhães, que a 6.3.1513 ainda foi escrivão das sisas de Penela¹⁸², Lopo Rodrigues de Magalhães foi pai da antedita de Branca da Magalhães, n. cerca de 1463, que sucedeu na capela instituída por seu pai e casou com Rui Cotrim¹⁸³, escudeiro, escrivão das sisas de Figueiró dos Vinhos por renúncia do sogro (13.2.1487)¹⁸⁴, c.g. que aparentemente se extinguiu, e também dos já referidos Rui de Magalhães, que Alão diz ter sido cavaleiro da Ordem de Santiago, escrivão dos filhamentos, mordomo-mor e vedor do conde de Portalegre, certamente o Rui de Magalhães que a 28.6.1515 teve confirmação do privilégio de cavaleiro¹⁸⁵, e Isabel de Magalhães, casada com Fernão Pires¹⁸⁶, alcaide-mor de Penela, como tudo se documenta.

3.7. **(Leonor) Afonso de Magalhães**, n. cerca de 1374. Casou com **Lourenço Gil**, escudeiro de D. João I, a quem este rei doou a 23.8.1384, para sempre, os bens móveis e de raiz que tinham em Beja seus pais, Gil Anes, corregedor que foi de D. Fernando I, e sua mulher Senhorinha Gil, que os perderam por terem ido para Castela, bens esses que o mestre de Avis antes doara a Estêvão Anes Lobeira, que os perdeu também por andar em *deserviço*.¹⁸⁷ Aquele Gil Anes, corregedor de D. Fernando, teve deste rei carta de privilégio de fidalgo e várias doações de herdades e coutadas no Alentejo e no Algarve.¹⁸⁸

3.7.1. **Afonso Lourenço de Magalhães**, escudeiro, já fal. em 1436, morador que foi em Santarém, que usou o apelido materno, o que nesta cronologia já se verifica noutros casos. É certamente o Afonso de Magalhães que em 1421 era vassalo de D. João I e seu juiz do civil em Santarém.¹⁸⁹ Sendo casado (o documento não refere com quem), Afonso Lourenço de Magalhães teve de **Catarina Anes**, mulher solteira, uma filha:

3.7.1.1. **(L) Leonor Afonso de Magalhães**, legitimada por carta real de 26.1.1436¹⁹⁰, sendo então já casada com **Gonçalo da Fonseca**, criado de D. Duarte I. Este Gonçalo da Fonseca, n. cerca de 1408, muito confundido nas genealogias com seu tio homónimo¹⁹¹,

¹⁸⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 1, f. 12 a 15v; e l. 2, f. 9v.

¹⁸¹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 12, f. 12.

¹⁸² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 42, f. 32v.

¹⁸³ Que parece ser o Rui Cotrim que a 18.11.1472 teve carta de perdão da justiça régia, culpado da morte de Isabel Coelho, sua mulher, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram na armada e conquista da vila de Arzila e cidade de Tânger, e mediante o perdão das partes (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 29, f. 234 e 234v).

¹⁸⁴ Chancelaria de D. João II, l. 19, f. 63v.

¹⁸⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 11, f. 112v.

¹⁸⁶ Alão, ob. cit., chama erradamente João Gomes da Vide a este João Pires.

¹⁸⁷ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 52.

¹⁸⁸ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 2, f. 42, 109 e 111; l. 2, f. 42; e l. 3, f. 46, 47, 52v e 96.

¹⁸⁹ ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, mc. 8, doc. 405.

¹⁹⁰ Chancelaria de D. Duarte, l. 1, f. 213v. "*legimaçam de loanor afom de magalhaães mollher de gº da Fonseca criado dest Rey filha d afom lº de magalhaães scudeiro já finado mº em santarem sendo casado e de cª anes mollher solteira*".

¹⁹¹ Este outro Gonçalo da Fonseca, muito anterior, n. cerca de 1345, era filho natural de Vasco Fernandes Coutinho, senhor de Marialva e couto de Leomil, etc., havido antes do seu casamento com Beatriz Gonçalves de Moura. Este Gonçalo da Fonseca mais antigo casou com D. Bataça Lascaris, senhora dos morgados de S. Romão e Torredães, e foram bisavós de Diogo Vaz da Fonseca, fidalgo, cavaleiro da Ordem de Santiago, que a 11.7.1514 teve carta de armas para Fonseca, e de

é o Gonçalo da Fonseca, alcaide de Marialva, a quem D. Afonso V a 22.5.1459 nomeou por cinco anos para o cargo de coudel de Longroiva, Muxagata, Vila Nova de Foz Côa e Meda.¹⁹² Sendo morador em S. Martinho de Mouros e escudeiro do conde de Marialva, tendo em conta que tinha servido na armada de Ceuta, teve a 10.2.1464 perdão real por ter morto João Matela.¹⁹³ Teve as alcaldarias de Marialva e Moreira por seu primo o conde de Marialva, de quem era escudeiro.

3.7.2. **Martim Gil**, n. cerca de 1400, escrivão da corte de D. Duarte, também referido como escrivão e notário público geral do rei, aparecendo em dezenas de documentos da sua Chancelaria, muitos dos quais assina. Não se sabe com quem casou.

3.7.2.1. **Gil Anes**, n. cerca de 1438, que recuperou o nome de seu bisavô, o corregedor de D. Fernando I. Foi cavaleiro fidalgo de D. Afonso V e vedor da descarga das naus e navios do porto de Lisboa. A 29.3.1462, D. Afonso V concedeu carta de privilégio a Gil Anes, cavaleiro da sua Casa, para todos os seus mordomos e apaniguados para a comarca e correição da Estremadura.¹⁹⁴ A 20.1.1461, o mesmo rei doou a Gil Anes, cavaleiro da sua Casa, vedor da descarga das naus e navios do porto de cidade de Lisboa, uma tença anual de 8.400 reais de prata de mantimento pelo seu ofício, a partir de 1 de Janeiro de 1462, a serem pagas pela Alfândega da dita cidade.¹⁹⁵ Dizem as genealogias que Gil Anes, a que dão o nome Magalhães, foi embaixador a Inglaterra e ao imperador Maximiliano¹⁹⁶ e cavaleiro da Jarreteira (*Order of the Garter*), mas não consta nas respectivas listas. Outros dizem que era cavaleiro do Santo Sepulcro. O Dr. João da Madre de Deus, nas suas *Memórias*, diz que não sabia de quem era filho, só que era um cidadão honrado de Lisboa e que estava enterrado em S. Francisco de Xabregas com uma cruz por armas, e lhe chamavam o cavaleiro porque parece que o era da Ordem do Sepulcro de Jerusalém, hábito que dava o guardião daquele convento aos romeiros. Gil Anes casou com **Isabel de Paiva**, filha de Vasco Martins de Paiva, cavaleiro da Casa de D. Afonso V. A 28.3.1476, este rei privilegiou Vasco Martins de Paiva, cavaleiro da sua Casa, morador na cidade de Évora, coutando-lhe a herdade e terra que tem no termo da dita cidade, bem como concedeu alguns privilégios aos lavradores do novo couto.¹⁹⁷ E a 30.10.1477, privilegiou o prior e mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, ordenando que qualquer demanda que seja posta contra eles na comarca de Entre-Tejo-e-Odiana fosse julgada na cidade de Évora, nomeando para juiz dos feitos Vasco Martins de Paiva, cavaleiro, morador na dita cidade.¹⁹⁸ Gil Anes e sua mulher foram pais, entre outros, de Bartolomeu de Paiva, do Conselho, amo e camareiro de D. João III, e de D. Beatriz de Paiva, ama-de-leite de D. João III, que casou com D. Álvaro da Costa, do Conselho, criado e feitor de D. Manuel I e depois seu guarda-roupa

sua irmã D. Beatriz da Fonseca, senhora do prazo de Arões, que já viúva, com seu filho Gonçalo, recebeu em 1503 do Cabido de Lamego, casada cerca 1449 com Fernão da Granja, senhor das honras de Canelas (antes de 1475), de Ferreiros, Avões e Cambres (28.8.1475), almoxarife e alcaide-mor de Lamego, coudel de Resende, Gousende, Eiras, Mortam, Cidadelhe, Ribadelas, Sanfins de Carvalhal, juiz das sisas de Gestaço e Gouveia, etc. O Gonçalo da Fonseca casado com Leonor Afonso de Magalhães era filho de Afonso Vasques da Fonseca, também filho de Vasco Fernandes Coutinho, mas bastardo, n. cerca de 1376, poucos anos antes do pai morrer em 1384. Este, em 1378, deixou-o a criar com seu filho mais velho legítimo, Gonçalo Vasques Coutinho. Este simples facto demonstra que Afonso Vasques da Fonseca era bastardo, pois de outra forma teria ficado com a mãe, a poderosa Beatriz Gonçalves de Moura, camareira-mor da rainha D. Filipa de Lencastre, que sobreviveu muitos anos ao marido.

¹⁹² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 36, f. 111v.

¹⁹³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 8.

¹⁹⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 1, f. 6v.

¹⁹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 1, f. 6v.

¹⁹⁶ Neto materno do nosso rei D. Duarte.

¹⁹⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 38, f. 93v e 94.

¹⁹⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 38, f. 92.

(pelo menos desde 1507), camareiro (1512) e armador-mor (1515), rei que lhe deu o tratamento de Dom. C.g. que muito usou o prenome e patronímico Gil Anes.

3.7.2.2. ? **Bartolomeu de Magalhães**, n. cerca de 1445, que parece filho de Martim Gil. Foi tabelião do judicial e notas de Évora, ofício que vendeu a Duarte Cruzado, nele nomeado a 30.5.1515.¹⁹⁹ Possivelmente pai do Álvaro de Magalhães, escudeiro, que foi coudel da vila de Torrão (20.5.1497)²⁰⁰, e do Garcia de Magalhães, criado do bispo de Évora, que a 11.8.1511 teve carta de confirmação de cavaleiro.²⁰¹

3.7.3. **Gonçalo Anes de Magalhães**, n. cerca 1402 e fal. cerca de 1450, fidalgo da Casa Real, recebedor do almoxarifado de Beja, etc. Gonçalo Anes de Magalhães já se documenta como recebedor em 1435, no reinado de D. Duarte.²⁰² A 4.1.1445, D. Afonso V fez quitação a Gonçalo Anes de Magalhães, escudeiro da Casa Real e recebedor do almoxarifado de Beja, aí morador, de 792.976 reais, relativos ao ano de 1442, conforme a apresentação do relatório de receitas e despesas.²⁰³ Casou a 1ª vez com uma parente (a) de Gomes Lourenço, referido adiante. Casou a 2ª vez com **Catarina Gonçalves (b)**, que depois casou com Mem Ferrão, morador em Beja, criado e escudeiro de D. Pedro, filho do infante D. Pedro, que perfilhou as enteadas Leonor e Branca como herdeiras, com confirmação real de 13.8.1457.²⁰⁴

3.7.3.1. (a) **Diogo de Magalhães**, n. cerca de 1440, criado e escudeiro do conde de Vila Real, tabelião das notas e do cível e crime da cidade de Silves, cidade onde era juiz em 1475, e tabelião geral do rei no Algarve (confirmado a 2.4.1482).²⁰⁵ A 7.4.1475, D. Afonso V perdoou a justiça régia a Vasco Rodrigues, morador na cidade de Silves, acusado de ter impedido Vicente Chagas, corregedor no reino do Algarve, de levar preso Diogo de Magalhães, juiz, mediante o perdão das partes, tendo pago 700 reais para a Arca da Piedade.²⁰⁶ A 26.10.1475, o mesmo rei perdoou a justiça régia a Diogo de Magalhães, criado do conde de Vila Real, juiz que foi na cidade de Silves, acusado de não ter prendido um seu primo de nome Gomes Lourenço, e de posteriormente ter fugido da cadeia, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram em Castela.²⁰⁷ A 21.7.1468, perdoou o degredo de seis meses a Diogo de Magalhães, morador na cidade de Silves, de um ano a que fora condenado para a cidade de Ceuta, tendo pago 500 reais de prata para a Piedade.²⁰⁸ A 10.2.1476, perdoou a justiça régia a Diogo Afonso, carcereiro na cadeia da cidade de Silves, por deixar fugir Diogo de Magalhães, preso por ter morto Gaspar Fernandes.²⁰⁹ Em 1501 era tabelião de Silves²¹⁰ um Pedro de Magalhães, possivelmente seu filho.

3.7.3.2. (b) **Leonor de Magalhães**, solteira em 1457, perfilhada pelo padraсто.

3.7.3.3. (b) **Branca de Magalhães**, solteira em 1457, perfilhada pelo padraсто.

3.7.4. **Nuno Anes de Magalhães**, virtual pai do Martim Nunes de Magalhães que segue. Deve ter

¹⁹⁹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 10, f. 57.

²⁰⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 30, f. 124v.

²⁰¹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 41, f. 44.

²⁰² ANTT, Chancelaria de D. Duarte, l. 3, f. 37v. “*Gonçal eanes de magalhaaees e meem Roiz a que temos dado carrego de tomar e auer as contas aos Reçebedorees e tesoureiros*”.

²⁰³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 24, f. 53v.

²⁰⁴ ANTT, Leitura Nova, L. 3 de Odiana, f. 146. Nesta carta diz-se que Gonçalo Anes de Magalhães e sua mulher Catarina Gonçalves tiveram mais duas filhas, que morreram.

²⁰⁵ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 2, f. 60; e l. 6, f. 35v (aqui consta como escudeiro do conde de Vila Real), etc.

²⁰⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 98. Instrumento público de perdão de 3.4.1475.

²⁰⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 38v.

²⁰⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 66v.

²⁰⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 6, f. 22.

²¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 46, f. 114 e 114v.

casado com uma filha (ou irmã) de Lourenço Gonçalves, inquiridor e contador da vila de Olivença e seu termo, referido abaixo.

3.7.4.1. **Martim Nunes de Magalhães**, criado da rainha D. Leonor, morador em Olivença, que a 19.12.1464 foi nomeado por D. Afonso V para o cargo de inquiridor e contador da dita vila e seu termo, em substituição de Lourenço Gonçalves, que nele renunciara.²¹¹

3.7.5. ? **Fernão Gil de Magalhães**, escudeiro do prior do Crato, que a 11.6.1482 foi nomeado escrivão da coudelaria de Belver (Gavião, Portalegre)²¹², era já velho, portanto um cargo de fim de carreira militar. Não podendo ser filho de Gil Afonso de Magalhães, referido adiante no nº 4.4, que já tem um filho Fernão, dada a onomástica, cronologia e geografia, só por ser filho ou neto de Lourenço Gil e sua mulher. Se nasceu até 1415, pode ser um filho tardio. Se nasceu depois de 1422, pode ser neto, filho de Martim Gil (nº 3.7.2.). Fernão Gil de Magalhães teve uma filha de **Maria de Azevedo**, que já era ou foi depois freira em Arouca, irmã de João Álvares de Azevedo, senhor da quintã de Azevedo, em Pereira Jusã.²¹³

3.7.5.1. (N) **Beatriz de Azevedo**, n. cerca de 1450. Casou com o primo-direito **Pedro Esteves**, escudeiro, filho de outro Pedro Esteves, escudeiro, morador na honra de Sobrado, escrivão das sisas de Paiva (26.12.1476, confirmado a 9.9.1482)²¹⁴, e de sua mulher Mécia Álvares Aranha, irmã do dito João Álvares de Azevedo e de Rui Gomes de Azevedo, que casou com Senhorinha Dias Alão, sem geração, tendo esta, já viúva, tido a 9.7.1476 o privilégio real para instituir uma capela no mosteiro de S. Domingos, no Porto, e a dotá-la com bens no valor de 1.000 reais, de acordo com a disposição testamentária do marido²¹⁵, capela esta em que sucedeu o antedito Pedro Esteves (o filho). Deste Pedro Esteves e sua mulher e prima-direita Beatriz de Azevedo foram filhos: 1) Heitor de Magalhães, escudeiro, morador no concelho de Paiva, que a 3.7.1517 foi escrivão dos órfãos, contador dos feitos e custas e inquiridor deste concelho²¹⁶; e 2) Jorge de Magalhães, n. cerca de 1465, escudeiro, tabelião do público e judicial e escrivão dos órfãos (27.7.1496) e das sisas (3.10.1498) de Baião²¹⁷, que sucedeu na antedita capela em S. Domingos do Porto e foi por casamento senhor da Quinta da Lage, em S. Leocádia de Baião, c.g. nos Magalhães e Azevedo de Baião e Mesão Frio.²¹⁸ Jorge de Magalhães era já tabelião de Baião em 1501²¹⁹, cargo para o qual não encontrei nomeação. A 3.7.1517, Diogo de Magalhães, escudeiro, morador no concelho de Baião, foi feito tabelião do público e judicial nessa terra e suas honras, substituindo no cargo Jorge de Magalhães, seu pai, que renunciou em João Fernandes de Souza, senhor dessa terra, por público instrumento feito por si a 1.6.1517, e apresentação do dito João Fernandes de Souza, por outro instrumento também feito por si a 1.6.1517.²²⁰

²¹¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 33v.

²¹² ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 2, f. 123.

²¹³ Vide o meu livro "*Ascendências Visesenses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004, Vol. II, pág. 337.

²¹⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 38, f. 79; e Chancelaria de D. João II, l. 6, f. 119v.

²¹⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 7, f. 9v e 10.

²¹⁶ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 10, f. 57.

²¹⁷ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 43, f. 64 e 64v. A 13.8.1502 Gonçalo Anes, escudeiro e morador em Pinheiro, termo do julgado de Baião, teve mercê do ofício de escrivão dos órfãos do julgado onde mora, substituindo no cargo a Jorge de Magalhães, que ao mesmo renunciou por instrumento de renúncia passado pelo próprio a 3.8.1502 (ib, l. 2, f. 48v). Jorge de Magalhães perdeu o cargo de escrivão das sisas por erros cometidos, nomeadamente por entregar o ofício a terceiros, sem possuir autorização régia, sendo a 30.6.1502 substituído por Pedro Anes, criado do Doutor Diogo de Lucena (ib, l. 2, f. 40v).

²¹⁸ Genealogias que desenvolvo no meu estudo "*Casas das Quartas e da Roupeira e em St^a Leocádia de Baião. Ascendências e alianças*", ainda por publicar.

²¹⁹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 1, f. 59v; l. 45, f. 85 e 85v; e l. 46, f. 261v.

²²⁰ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 10, f. 57 e 57v.

4. **DIOGO AFONSO DE MAGALHÃES**, senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada, em que sucedeu a seu irmão Gil Afonso, depois de 1404. N. cerca 1368 e fal. depois de 27.5.1436, data em que se documenta como Diogo Afonso de Magalhães, criado da rainha D. Filipa (de Lencastre). Como D. Filipa só casou em 1387, Diogo Afonso deve ter nascido cerca 1368, entrando portanto ao serviço da rainha com cerca de 19 anos de idade. Casou cerca de 1397 com **Inez Vasques**, fal. depois de 1436, a quem as genealogias, por má-fé ou má leitura dos documentos, chamam erradamente de Urrô, e dizem filha de Álvaro Gil de Urrô, o que é falso. Afonso de Torres chama-a, correctamente, apenas Inez Vasques, embora faça confusão e dê Diogo Afonso de Magalhães como filho do inicial Afonso Rodrigues e não, como era, de seu neto homónimo. A 27.5.1436, D. Duarte confirmou a Inez Vasques, mulher de Diogo Afonso de Magalhães, criado da rainha D. Filipa sua mãe, o senhorio da terra de Souto de Rebordões²²¹, que D. João I doou a 27.8.1385 a Álvaro Gil de Urrô, seu escudeiro²²², e que este a 16.7.1389 vendeu à dita Inez Vasques, tendo ela pago 50.000 libras e tendo a transacção sido feita em Lisboa nas casas de morada de Margarida Esteves²²³, talvez a mãe de Inez Vasques. Inez Vasques deve ter fal. em 1454, ano em que seu filho foi confirmado no senhorio de Souto de Rebordões. Para aqueles que continuam a teimar em que Inez Vasques era filha de Álvaro Gil de Urrô, fica aqui a transcrição da referida venda.²²⁴
- 4.1. **Afonso Rodrigues de Magalhães**, n. cerca de 1398 e fal. depois de 1454, solteiro, s.g. Usou o prenome e patronímico de seu avô paterno homónimo. Foi senhor da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães, do couto de Fontarcada e do senhorio de Souto de Rebordões (1454).²²⁵ A 10.5.1451 teve de D. Afonso V mercê de uma tença de 4.000 reais de prata.²²⁶ Sucedeu-lhe o irmão João.
- 4.2. **Isabel de Magalhães**, que foi a 1ª mulher de **Gonçalo de Sá**²²⁷, senhor de juro e herdade de Aguiar de Sousa (2.12.1433, com confirmação de 28.1.1439)²²⁸, coudel dos vassallos reais do Porto e vereador do Senado da Câmara desta cidade, onde fez testamento a 30.6.1463. S.g.
- 4.3. **João de Magalhães**, *que segue no nº 5*.
- 4.4. **Gil Afonso de Magalhães**, o *Tremelicoso*, n. cerca de 1401, que as genealogias tardias confundem com seu pai Diogo Afonso, pelo que o dizem também casado com Inez Vasques, na verdade sua mãe. Em 1568, Lourenço de Magalhães, nascido cerca de 1528, habilitou-se à herança do celebrado Fernão de Magalhães, e neste processo²²⁹ testemunhou Manuel de Magalhães e Menezes, senhor da Barca e da Nóbrega, onde diz que tinha entre 70 e 75 anos de idade e era parente dentro do 4º grau do habilitando. Diz também que o dito Lourenço era neto de Rui Paes de Magalhães e este irmão de Rui

²²¹ Hoje Rebordões (S. Salvador do Souto de), era então referido como Rebordães ou Rebordãos.

²²² ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 91 e 91v.

²²³ Esta carta falta na Chancelaria de D. João I, mas é transcrita na confirmação de D. Duarte, l. 1, f. 206v e 207.

²²⁴ ANTT, Chancelaria de D. Duarte, l. 1, f. 206v e 207. "*Dom Eduarte c A q^{tos} esta carta virem fazemos saber que da p^{te} de Jnes uasqz molher de diego afonso de magalhaães criado da R^a dona filipa mjnha senhora madre cuja alma d^s aia n. foy mostrada hua nossa carta aseelada do seello pendiente dos nossos c^{tos} da cidade de lixboa assignada p. ferna lopez que tem cargo das nossas scpituras que estam na torre do nosso tompo dada na dc^{ta} cidade a xix d. deste mes era. em a qual se thinha ho trelado de hua carta d el rrey dom Joham meu senho e mad (sic) da qual o theor tal he: (e prossegue, depois de apresentar a carta de doação a Álvaro Gil de Urrô da terra do Souto de Rebordões, cuja transcrição não é para aqui relevante) ¶ Outossy n. foy mostrada da p^{te} da sobredta hua carta de uenda fc^{ta} na cidade de lixboa nas casas da morada de magarida stez a xvj d. de Julho da era de cesar de mj l iijc xxvij anos a qual g^o l^o scpiuam da camara do dc^{to} senhor notairo geeral em sua corte em todo seu senhorio mandara fazer a seu scpiua assignada p. sua mão p. a qual parece que o dc^{to} alu^o gil d urroo vendera a dc^{ta} terra de souto de rebordaães aa dc^{ta} Jnes uasqz por cinquenta mj l l^s da moeda que aaq^l t^o corria. Pedindo n. a dc^{ta} Jnes uasqz que lhe firmase-mos a dc^{ta} terra"* (segue o habitual palavreado e a data, já referida).

²²⁵ Por carta de D. Afonso V, transcrita na confirmação a seu sobrinho-neto João de Magalhães a 21.5.1500.

²²⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 37, f. 47.

²²⁷ Filho de João Rodrigues de Sá, camareiro-mor de D. João I (1386) e seu embaixador a Roma, governador de Entre-Douro-e-Minho (1397), alcaide-mor do Porto (21.2.1392), senhor de juro e herdade de Gaia (2.3.1387), de Bouças (18.2.1399), de Sever e Barreiro (29.3.1384), de Castro Daire (25.10.1385), de Neiva (24.1.1386), de Lindoso (8.7.1391), etc.

²²⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 19, f. 83. Transcreve a carta de D. Duarte, que falta na respectiva Chancelaria.

²²⁹ Processo que li e pertence hoje ao meu querido amigo Dr. Luís de Magalhães de Abreu Coutinho.

de Magalhães, pai do Fernão de Magalhães o *do Estreito*. E que estes Rui Paes e Rui eram filhos de Paio Afonso de Magalhães. Assim sendo, para além do que digo adiante, o bisavô de Manuel de Magalhães e Menezes era necessariamente irmão do pai daquele Paio Afonso, dada a terminologia de graus de parentesco usada na época. Por outro lado, sabemos por seu testamento, que o celebrado Fernão de Magalhães usava, como ele próprio aí diz, um escudo de armas partido de Souza e Magalhães. Logo, aquele Paio Afonso só podia ser filho de Gil Afonso de Magalhães e sua mulher Mécia de Souza. E este Gil Afonso de Magalhães tinha de ser irmão de João de Magalhães, 1º senhor da Barca, para que o bisneto deste fosse primo dentro do 4º grau de Fernão de Magalhães. Gil Afonso de Magalhães casou com **Mécia de Souza**, que as genealogias tardias dizem irmã de Rui de Souza, ambos filhos bastardos de Gonçalo Rodrigues de Souza, escudeiro, senhor de Mafra, Ericeira e Enxara de Cavaleiros, alcaide-mor e senhor de juro e herdade de Monsaraz, etc., e de Maria de Monferral. Rui de Souza foi legitimado por carta real de 11.8.1401, onde consta como filho de "gº Roiz de souza e de mª de mofarrar molher solteira".²³⁰ Gonçalo Rodrigues de Souza foi legitimado por carta real de 12.3.1370, como filho de Rodrigo Afonso de Souza²³¹, rico homem, casado, e de Constança Gil, solteira.²³² Gonçalo Rodrigues de Souza começou por apoiar o mestre de Avis, que 1.4.1384 lhe deu o castelo e senhorio de Monsaraz.²³³ Mas passou logo a Castela, onde já estava em Setembro, perdendo Monsaraz²³⁴, os bens móveis e de raiz²³⁵ e Mafra, Ericeira e Enxara de Cavaleiros, que ele comprara a D. Frei Lopo Dias de Souza e seu tio homónimo, e que a 25.7.1386 o rei doou a Fernão Martins Coutinho.²³⁶ Nesta carta, o mestre de Avis diz que Gonçalo Rodrigues de Souza, "*seendo nosso uasallo natural se foe pa Jhane anrriqz que se dizia Rey de castella nosso Imigo fez guerra com elle tras nos tras nossos regnos correndo p elles queimado nossa terra matando Roubando mujt nossos naturaães segujdo nos os nossos regnos com odio capital*". Gonçalo Rodrigues de Souza continuava em Castela a 10.3.1412, quando D. João I doou a seu filho Rui de Souza, seu vassalo, os bens que lhe tinham sido confiscados e ainda estavam na coroa.²³⁷ Nesta carta, o rei diz que Rui de Souza, "*nosso uasallo sobrinho*²³⁸ *do meestre de chr.*²³⁹ *no dise que sua auoo*²⁴⁰ *madre de seu padre gº Roiz de souza he tam uelha segº razam nom deve viuer mujto morredose ella, el diz que se recea que porquato o dcto seu padre anda em castella que peça algue aquelles bees que ao dcto seu pad. pertenciam de djrto porquanto outossy n disse o dcto Ruy de souza que aa dcta sua auoo prazia bem de el os dctos bees auer ante que outo nehuu pois q outro herdeiro hi no ha a que pteeçam de djrto saluo a el nom os auendo o dcto gonçallo roiz seu pad.*" Sendo Rui de Souza o seu único herdeiro, explica ter sido o único legitimado. Na verdade, a Gonçalo Rodrigues de Souza dão as genealogias tardias vários outros filhos. Mas poderia Mécia de Souza ser também sua filha, na medida em que pode ter nascido antes de 1400? Não deixa de ser possível que Mécia de Souza tivesse nascido em Castela, da mesma Maria de Monferral, que aí teria acompanhado o amante, se é que não é mesmo castelhana, como o nome mais indica. Rui de Souza, legitimado a 11.8.1402, não terá nascido depois de 1385²⁴¹, e tudo indica que tenha regressado a Portugal com a antedita avó paterna, ainda viva em 1412, que se documenta ter ido para Castela com o filho. E com eles deveriam ter vindo também os restantes irmãos e irmãs. Ou seja: Mécia de Souza podia ter nascido cerca de 1400 em Castela e regressado a Portugal com a avó antes de 1402, casando cerca de 1421 com Gil Afonso de

²³⁰ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 187v.

²³¹ Rodrigo Afonso de Souza, ainda casado com D. Violante Ponces de Briteiros, teve na antedita (D.) Constança Gil, viva em Portugal em 1412, o filho bastardo Gonçalo Rodrigues de Souza, nascido cerca de 1345/50, que vivia em Castela em 1412.

²³² ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 1, f. 67.

²³³ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 8 e 8v e 17v.

²³⁴ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 39 e 39v. Doação a Mem Rodrigues de Vasconcellos (24.9.1384).

²³⁵ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 64. Doação a Fernão Gonçalves da Ameixoeira (25.9.1384).

²³⁶ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 2, f. 122 e 122v.

²³⁷ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 138 e 138v.

²³⁸ No sentido lato, pois na verdade eram primos segundos.

²³⁹ D. Frei Lopo Dias de Souza.

²⁴⁰ (D.) Constança Gil.

²⁴¹ Teria 18 anos quando foi legitimado.

Magalhães. A 1.3.1386, D. João I doou a Álvaro Leitão, seu vassalo, os bens móveis e de raiz que D. Constança, mãe de Gonçalo Rodrigues de Souza, tinha em Évora e outros lugares, porquanto a dita D. Constança foi para Castela, terra dos seus inimigos.²⁴² A 22.8.1385, o mesmo rei confirmou a "*nuno frz de moraões, caualyro morador em montemoor o nouo*", a doação que lhe fizera D. Constança, mãe de Gonçalo Rodrigues de Souza, de todos os bens móveis e de raiz que possuía em Portugal.²⁴³ E a 1.12.1385 confirmou a Afonso Anes Nogueira, seu vassalo, os privilégios da quintã de Vila Pouca, a par de Torres Vedras²⁴⁴, que ele comprara a Gonçalo Rodrigues de Souza.²⁴⁵ Em suma, o casamento de Gil Afonso de Magalhães com Mécia de Souza parece aceitável, tendo também em conta que seu bisneto, o celebrado Fernão de Magalhães, se documenta usando as armas dos Souza ditos de Arronches, partidas com as dos Magalhães, e não há outra hipótese de ele ter ascendência a estes Souza salvo por esta Mécia de Souza, sendo filha de Gonçalo Rodrigues de Souza. De recordar que este Gonçalo Rodrigues de Souza era neto paterno de Afonso Dinis, mordomo-mor da rainha Santa Isabel (1315)²⁴⁶, senhor da quintã de Vila Pouca de Enxara (5.7.1278)²⁴⁷, etc., filho bastardo de D. Afonso III e de Marina Peres de Enxara.²⁴⁸ Deste Afonso Dinis foi filho mais novo Rodrigo Afonso de Souza, n. cerca de 1298 e fal. entre 1371²⁴⁹ e 1374, a quem D. Fernando I fez mercê dos senhorios de Arraiolos e Pavia e da alcaidaria-mor de Miranda.²⁵⁰

4.4.1. **Paio Afonso de Magalhães**, n. cerca de 1422, avô do célebre Fernão de Magalhães.²⁵¹ É possível que tenha vivido em Gaia e no Porto. Afonso de Torres diz que consta como filho de Gil Afonso de Magalhães numa certidão passada a 7.3.1723, segundo a qual constava de uma inquirição de testemunhas, perante o comendador Mem de Sá, tirada em Évora por mandado de D. João III no ano de 1532. E acrescenta que este Paio Afonso de Magalhães casou com *Isabel Vaz de Sequeira*, dando-lhes um filho único, Rui Paes de Magalhães. Mas, em 1568, com já ficou dito, Lourenço de Magalhães, n. cerca de 1528, habilitou-se à herança do celebrado Fernão de Magalhães, e neste processo testemunhou, entre outros, o Senhor Manuel de Magalhães de Menezes, senhor da Barca e da Nóbrega, onde diz que tinha entre 70 e 75 anos de idade e era parente dentro do 4º grau do habilitando. Diz também que o dito Lourenço era neto de Rui ou Rodrigo²⁵² Paes de Magalhães e este irmão de Rui de Magalhães, pai de Fernão de Magalhães, *o do Estreito*. E que estes Rui Paes e Rui eram filhos de Pº Afonso de Magalhães. Assim sendo, o bisavô de Manuel de Magalhães e Menezes era necessariamente irmão do pai deste Paio Afonso, como ficou dito. A homonímia poderá ter levado Afonso de Torres a congregar os dois filhos em apenas um. Mas parece-me evidente que eram dois irmãos Rui/Rodrigo, um legítimo e outro natural.²⁵³ Do que não se pode duvidar é que Paio Afonso foi pai (natural) de Rui de

²⁴² ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 154v

²⁴³ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 114v.

²⁴⁴ Na verdade em Enxara (Mafra).

²⁴⁵ ANTT, Chancelaria de D. João I, l. 1, f. 145v.

²⁴⁶ Vide Sottomayor-Pizarro, ob. cit., Vol. I, pág. 179.

²⁴⁷ ANTT, Chancelaria de Afonso III, l. 1, f. 159v e 160.

²⁴⁸ Na doação de Vila Pouca (Enxara, Mafra) a seu filho, ainda criança, o rei diz: "*Afonso meo filio et Marine Petri de Eyxara*".

²⁴⁹ Ano do testamento.

²⁵⁰ ANTT, Chancelaria de D. Fernando I, l. 1, f. 7.

²⁵¹ Provavelmente nascido em Gaia, e seguramente no Porto ou seu termo, que fez seu testamento em Sevilha a 24.8.1519.

²⁵² Nesta época, como já ficou referido, Rui era um diminutivo de Rodrigo, sendo ainda o mesmo nome.

²⁵³ Já depois de publicado este meu trabalho, que aliás refere, António Taveira escreveu "*Fernão de Magalhães "o do Estreito" de Santa Maria da Sé do Porto*", Porto 2010, e "*Fernão de Magalhães, o do estreito, de Santa Maria da Sé do Porto*", 2ª edição, Abril de 2011, onde documenta Rui de Magalhães (pai do navegador), cavaleiro, que entre 1473 e 1488 exerceu vários cargos da governança do Porto, como filho de uma Maria Fernandes, já casada em 1467 no Porto com o mercador Gil de Oliveira. Julgo que muito antes de casar com este Gil de Oliveira, Maria Fernandes teve de Paio Afonso de Magalhães (que então teria cerca de 20 anos) o filho natural Rui de Magalhães. E que Rui Paes de Magalhães, referido por Torres, era o filho legítimo, havido do posterior casamento de Paio Afonso de Magalhães com Isabel Vaz de Sequeira. Sendo que este Rui Paes de Magalhães é muito provavelmente o Rui de Magalhães que em 1468 testemunhou um prazo em Aveiro (Vide a

Magalhães, e que este foi pai de Fernão de Magalhães, o *do Estreito*, como declaram muitas testemunhas do referido processo, entre elas o antedito Manuel de Magalhães de Menezes, senhor da Barca e da Nóbrega, independentemente da avaliação que se possa fazer sobre os reais direitos de Lourenço de Magalhães à herança do navegador. Fernão de Magalhães e seu irmão Pedro de Souza documentam-se entre os moradores da Casa d'el rei que em 1505 embarcaram para a Índia na armada do 1º vice-rei D. Francisco de Almeida.²⁵⁴ Não se sabe a filiação de Isabel Vaz de Sequeira, dada como mulher de Paio Afonso de Magalhães, mas suspeito que seja filha ou neta de Vasco Álvares de Sequeira, irmão de Isabel Álvares de Sequeira, ama da rainha D. Isabel, n. cerca de 1390 e fal. em 1462, tendo a 1 de Setembro deste ano D. Afonso V autorizado a igreja de S. Tiago de Coimbra a receber os bens de raiz que lhe deixara em testamento Violante Álvares de Sequeira, moradora em Coimbra, ama da rainha D. Isabel.²⁵⁵ Esta Violante era então viúva de Francisco Anes de Torres, cavaleiro da Casa da rainha D. Isabel e depois da Casa de D. Afonso V, morgado de Ponte da Ceira (1.2.1450)²⁵⁶, senhor do

minha "*História da Casa da Trofa*", 1999). E, portanto, o Rui (Paes) de Magalhães que as genealogias dizem que foi alcaide-mor de Aveiro. Embora não documente neste cargo nenhum Magalhães, podia ter sido alcaide pelo conde de Odemira ou por seu genro e sucessor o conde de Faro, que foram senhores de Aveiro e tinham a alcaidaria. António Taveira documenta um Pedro Vaz Moutinho, morador em Vila Real e depois no Porto, como pai de Inez Vaz Moutinho, n. cerca de 1458, que como filha de Pedro Vaz estava casada antes de Março de 1475 com Rui de Magalhães, sendo pais de Aires de Magalhães, que recebeu ordens de Evangelho em Braga a 22.12.1509, cavaleiro da Casa Real, que a 21.3.1530 teve carta de armas para Magalhães, com uma merleta preta por diferença (*Ch. de D. João III, l. 52, f. 9*). António Taveira propõe na dita obra que Rui de Magalhães seria já viúvo de Aldonça da Mesquita, que seria tia materna desta Inez Vaz Moutinho. Sabemos que deste casamento nasceu, pelo menos, o antedito Aires de Magalhães. António Taveira defende que deste 2º matrimónio com Inez Vaz Moutinho também nasceu o celebrado Fernão de Magalhães. Mas eu sempre defendi (vide o meu "*Ensaio sobre a origem dos Mesquita*", 2006) que o navegador era filho de Aldonça da Mesquita, como aliás diz a melhor tradição genealógica. O que se veio a confirmar no *Catálogo de los Fondos Americanos del Archivo de Protocolos de Sevilla (t. VI). Siglos XV y XVI, Instituto Hispano-Cubano de Historia de América, Sevilla, 1990*, onde consta uma doação feita em Sevilha em 1519 de "*una quinta de viñas y castañales y tierras de pan sembrar, radicadas en tierras de Gayan, término de la ciudad de Puerto de Portugal, que el Comendador Fernando de Magallanes, capitán de Sus Altezas, hijo legitimo de Rodrigo de Magallanes y de Alda de la Mesqueta, difuntos, vecinos que fueron de la citada ciudad de Puerto de Portugal, hace a su hermana Isabel de Magallanes*". Esta informação consta do artigo "*Magallanes*" de Fredo Arias de la Canal, publicado em Setembro/Dezembro de 2004 na Revista Hispano-Americana Norte, nº 441/442 (México), de que só mais tarde tomei conhecimento. Pedro Vaz Moutinho documenta-se, como também se diz na citada obra de António Taveira, casado com Inez Gonçalves, sua viúva com filhos menores em 1505. Mas não parece que a avó de Aires de Magalhães possa ter filhos menores em 1505 nem que esta Inez Gonçalves fosse Mesquita, pelo que seria 2ª mulher de Pedro Vaz Moutinho. Assim, Rui de Magalhães casou (cerca de 1464) a 1ª vez com Aldonça (Alda como diminutivo) da Mesquita, que terá falecido nova cerca de 1570, talvez de parto, e a 2ª vez com Inez Vaz Moutinho, que se documenta como sua mulher em Março de 1475. Como já ficou dito, é certo que do 1º casamento nasceu o navegador, certamente em Gaia, e do 2º casamento nasceu pelo menos Aires de Magalhães, já provavelmente no Porto. Fernão de Magalhães terá assim sido criado pela madrasta Inez Vaz Moutinho. Fernão de Magalhães teria nascido cerca de 1470, como concorda a maioria dos biógrafos, e sua irmã mais velha Genebra de Magalhães cerca de 1465, data aliás mais conforme à cronologia dos filhos propostos por António Taveira, pois nesta época o primeiro casamento das mulheres fazia-se em regra entre os 13 e 15 anos de idade. Álvaro da Mesquita, "*primo carnal*" ou "*sobrinho*" e companheiro de Fernão de Magalhães na sua viagem de circum-navegação, comandando a nau "*Santo António*", depois de João de Cartagena ter desertado, é na verdade primo do navegador, filho de um seu primo-direito (ou co-irmão). A designação de "*primo carnal*" não é rigorosa, como nada era rigoroso nessa época, e sobretudo não significa estritamente primo co-irmão, mas também primo do mesmo sangue (em oposição a primo por afinidade). E, tal como os termos pai e mãe, ou filho e filha, são por vezes empregues para padraustos, madrastas e enteados, e os sobrinhos incluíam os filhos dos primos-direitos, também primo carnal se podia estender a filho de primos co-irmãos. De resto, o texto do *Archivo General de Indias* é um apanhado do autor, ou sumário, não o documento. Duvido até que no documento Álvaro da Mesquita seja referido como primo carnal. Mas, sobretudo, sendo Fernão de Magalhães filho de Aldonça, este diria na época que Álvaro da Mesquita era seu sobrinho, porque filho de uns seus primos-direitos ou co-irmãos. E muitas fontes dizem justamente que Álvaro da Mesquita era sobrinho de Fernão de Magalhães.

²⁵⁴ A. Braamcamp Freire, "*Emmentia da Casa da Índia*", 1907, pág. 8.

²⁵⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 1, f. 61.

²⁵⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 34, f. 108.

couto e Quinta de S. Pedro Fins, no termo de Montemor-o-Velho (29.3.1454)²⁵⁷, etc., c.g.

- 4.4.2. **Fernão de Magalhães**, n. cerca 1425 e fal. depois de 1498, também referido por Torres como filho de Gil Afonso de Magalhães. Foi fidalgo da Casa do duque de Bragança e depois da Casa Real, senhor da Quinta de Briteiros, no termo de Guimarães, que comprou à condessa de Faro D. Maria de Noronha, e da Quinta do Outeiro do Prado, no termo de Braga, para a qual teve de D. Afonso V mercê para acrescentar “*casa forte*” ou torre.²⁵⁸ A 12.1.1474, a duquesa de Bragança D. Constança de Noronha fez-lhe a si e sua mulher o prazo por três vidas da terra de Antemil, em S. João de Penselo, termo de Guimarães.²⁵⁹ Esteve na batalha de Touro, pois aí teve a 26.4.1476 de D. Afonso V a renda da carne de porco de Parada de Gatim, no termo do Prado.²⁶⁰ A 13.4.1468, o mesmo rei confirmou a doação a Lopo Gomes, cavaleiro do conde de Guimarães, de 15.000 reais de prata que lhe foram doados por Afonso de Arços, alcaide de Tarifa, em Castela, dos quais doou 7.000 reais a Fernão de Magalhães, cavaleiro do dito conde.²⁶¹ E a 20.4.1468 doou a Fernão de Magalhães, cavaleiro do conde de Guimarães, uma tença de 7.000 reais de prata, dos 15.000 reais que Lopo Gomes, cavaleiro do dito conde, comprou a Afonso de Arços, alcaide de Tarifa.²⁶² E, a requerimento do pai, a 6.1.1498 D. Manuel I passou-a seu filho Gonçalo Rodrigues de Magalhães, fidalgo da sua Casa, sendo então Fernão de Magalhães já referido também como fidalgo da sua Casa.²⁶³ A 20.3.1497, o mesmo rei confirmou outra tença de 5.000 reais de prata a Fernão de Magalhães, cavaleiro que foi do falecido duque de Bragança, que lhe deixara um assentamento da duquesa.²⁶⁴ Dizem também que esteve na batalha de Alfarrobeira pelo rei. Por causa de um cão²⁶⁵, juntamente com vários parentes e homens de armas, entrou numa rixa que matou Álvaro Soares de Albergaria²⁶⁶, filho do senhor do Prado, junto à ponte do Prado (Braga) em finais de 1463 ou início de 1464, pelo que foi degredado um ano para Alcácer Ceguer, degredo de que foi perdoado por D. Afonso V a 14.2.1464, pelo perdão geral outorgado aos homiziados que serviram na armada real em Ceuta.²⁶⁷ A 30.12.1452, o mesmo rei concedeu carta de privilégio de fidalgo a Fernão de Magalhães, para todos os seus mordomos, lavradores, amos e apaniguados da comarca de Entre-o-Douro-e-Minho.²⁶⁸ Casou antes de 1463 com *Beatriz Martins da Mesquita*, n. cerca de 1442, que se documenta criada da antedita duquesa de Bragança D. Constança de Noronha (falecida em 1480) e que Alão diz

²⁵⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 10, f. 61.

²⁵⁸ ANTT, Leitura Nova, L. 4 de Além Douro, f. 288.

²⁵⁹ ANTT, Leitura Nova, L. 4 de Além Douro, f. 5.

²⁶⁰ ANTT, Leitura Nova, L. 2 de Além Douro, f. 1.

²⁶¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 13.

²⁶² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 13 e 15v.

²⁶³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 28, f. 56v; e l. 31, f. 99v.

²⁶⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 28, f. 56; e l. 31, f. 44.

²⁶⁵ Ao que dizem vários autores.

²⁶⁶ Este Álvaro Soares de Albergaria era filho sucessor de Fernão Soares de Albergaria, senhor da terra e vila do Prado (Braga), e de sua mulher D. Isabel de Mello. N. cerca de 1441, muito provavelmente na vila do Prado. Tirou ordens menores em Braga a 22.5.1456, onde consta como filho de “*Fernam Soarez e de sua mulher dona Ysabel de Merloo desta diocese*”. Foi assassinado em 1464 na ponte do Prado ou de Macieira de Rates, teria 23 anos, solteiro, morrendo portanto antes de seu pai. Por morte de Fernão Soares de Albergaria, o senhorio do Prado foi doado a Diogo Fernandes de Almeida, fidalgo da Casa do príncipe D. João, que o trocou por uma tença de 45.000 reais com Pedro de Souza, do Conselho, que a 15.8.1475 teve de D. Afonso V confirmação da terra do Prado, com todos os seus direitos, foros, tributos e jurisdições, c.g. nos condes do Prado. Álvaro Soares de Albergaria deixou um filho natural, Tristão Soares de Albergaria, n. em Monção em 1463, que foi criado em Viseu por sua avó, a antedita D. Isabel de Mello, filha dos senhores de Mello. Tristão Soares de Albergaria foi depois criado, escudeiro e ouvidor e feitor em Oliveira do Conde de Nuno Martins da Silveira, do Conselho e escrivão da puridade de D. Manuel I e D. João III, vedor-mor das obras e regedor do reino, etc., senhor de Góis, Oliveira do Conde e Terena, etc., pai do 1º conde de Sortelha. Tristão Soares de Albergaria viveu em Oliveira do Conde (Viseu), onde fez casa e casou com Joana Fernandes de Robles, sendo progenitores dos Soares de Albergaria daí.

²⁶⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 185.

²⁶⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 12, f. 89v.

que foi sua camareira. A 10.7.1463, D. Afonso V doou a Beatriz Martins, mulher de Fernão de Magalhães, fidalgo da sua Casa, uma tença de 15.000 reais de prata.²⁶⁹ C.g.²⁷⁰

5. **JOÃO DE MAGALHÃES**²⁷¹, fidalgo da Casa de D. Afonso V, senhor de Souto de Rebordões (13.5.1454), senhor de Larim e Vila Chã, da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães e do couto de Fontarcada. Foi 1º senhor de juro e herdade de Ponte da Barca, vila que fundou na sua terra da Nóbrega, e o 5º senhor de juro e herdade da Nóbrega (14.8.1458) e alcaide-mor e senhor do seu castelo (14.11.1458), que tudo comprou por 110.000 reais a seu cunhado João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos.²⁷² N. cerca 1400 e fal. antes de 1472. A 13.5.1454, D. Afonso V confirmou a João de Magalhães, fidalgo da sua Casa, o senhorio da terra de Souto de Rebordões.²⁷³ A 16.2.1471, o mesmo rei confirmou a doação a Gil de Magalhães, fidalgo da Casa do duque de Viseu, da terra da Nóbrega, com todas as rendas, foros, tributos, direitos, pertenças, padroados, jurisdição civil e crime, mero e misto império, ressaltando a correição e alçada, tal como pertencem a seu pai, João de Magalhães.²⁷⁴ A 27.4.1453, o mesmo rei privilegiou João de Magalhães, cavaleiro fidalgo da sua Casa, concedendo-lhe licença para andar em besta de sela e freio por todo o reino.²⁷⁵ João de Magalhães casou cerca de 1438 com **D. Isabel de Souza**, n. em 1424²⁷⁶, irmã de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos, fidalgo do Conselho, 3º senhor de juro e herdade de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão e 4º senhor de juro e herdade da Nóbrega, senhor de juro e herdade de Viana (do Castelo) e da Lousã, etc. (27.1.1435), em sucessão ao pai.²⁷⁷ Os senhorios de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos foram-lhe confirmados a 30.3.1450, 11.5.1450, 18.10.1456 e 15.1.1482 (nesta última confirmação são transcritas as cartas anteriores).²⁷⁸ Nestas confirmações consta uma carta de D. Afonso V de 18.10.1456 onde se refere a cedência da Nóbrega.²⁷⁹ Quando João de Magalhães casou com D. Isabel de Souza, já esta era

²⁶⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 9, f. 119.

²⁷⁰ Vide o meu "Ensaio sobre a origem dos Mesquita", 2006. Luiz de Mello Vaz de São-Payo (in "Famílias de Chaves") propõe que de Fernão de Magalhães seja filho bastardo Manuel de Magalhães que foi para Chaves, onde teve uma filha, Constança Álvares, casada com o arquitecto galego Mestre Diogo Ordonhez, c.g. nos Magalhães, de Chaves, e Magalhães Fontoura.

²⁷¹ O "Livro de Linhagens do Século XVI", o primeiro nobiliário que trata esta linhagem, começa com este João de Magalhães a família dos Magalhães.

²⁷² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 13, f. 38; l. 16, f. 23v a 24; L. 1 de Além Douro, f. 244v; Chancelaria de D. João III, l. 16, f. 67v e 83; e Chancelaria de D. Manuel I, l. 2, f. 67v.

²⁷³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 10, f. 28v a 29. Insere carta de D. João I de 16.7.1427 e de D. Duarte de 17.8.1433 e 27.5.1435.

²⁷⁴ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 16, f. 23v a 24. Insere carta do mesmo rei de 14.11.1458.

²⁷⁵ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 3, f. 40v.

²⁷⁶ Os pais casaram em 1423.

²⁷⁷ Esta carta falta na Chancelaria de D. Duarte. É transcrita na confirmação de D. Afonso V e posteriores.

²⁷⁸ Chancelaria de D. Afonso V, l. 34, f. 69v a 70 e 90v, e l. 23, f. 29, l. 13, f. 38; Leitura Nova, L. 1 da Beira, f. 136, 219v e 275, L. 2 da Estremadura, f. 20v, L. 4 de Místicos, f. 99; e Chancelaria de D. João II, L. 5, f. 118v e 119, e l. 6, f. 82 a 84.

²⁷⁹ Chancelaria de D. João II, l. 6, f. 83v. 8.1.1482 (o sublinhado é meu). *Dom João cet. Fazemos saber que por parte de João Rodrigues de Vasconcellos, do nosso Conselho, nos foi apresentada uma carta de padrão de tença de 9.000 reais, assinada per el rei meu senhor e padre e com o seu selo pendente, da qual o teor tal é. Dom Afonso per graça de Deus cet. Fazemos saber que por parte de João Rodrigues Ribeiro, fidalgo da nossa Casa, nos foi ora mostrada uma nossa carta que ele de Nós tem com o seguinte teor. Dom Afonso cet. Fazemos saber que Nós requeremos a João Rodrigues Ribeiro, fidalgo de nossa Casa, que **renunciasse livremente em nossas mãos a sua Terra da Nóbrega que é na Comarca d'Antre-Doiro-e-Minho, a qual de Nós tem de juro e de herdade, pera dela fazermos o que nossa mercê fosse. E a ele prouve de renunciar, como logo em nossas mãos de feito renunciou, contanto que Nós a desapenhássemos, mandando pagar 110.000 reais brancos por que assi tem apenhada**, o que lhe Nós tivemos e temos muito em serviço. E porque nossa mercê e vontade é de lhe fazermos em outras cousas mercê em tal guisa que ele não sinta perda alguma da renúnciação que nos assi feita tem, A Nós praz que **do dia que nos o dito João Rodrigues Ribeiro pagar os ditos 110.000 reais que assi por desapenharmos a dita terra mandamos dar, que ele haja de Nós em cada um ano, 10.000 reais de tença assentados na sisa do Pedrógão Grande, tirando***

órfã, e teria ela cerca de 14 anos de idade. Com efeito, sabemos que seu irmão João Rodrigues Ribeiro de Vasconcellos era menor e órfão quando a 27.1.1435 sucedeu a seu pai Rui Vasques Ribeiro. Como ficou referido atrás, foi certamente por influência de Lopo Rodrigues de Magalhães, aio do antedito João Rodrigues e administrador da sua Casa, que era tio de João de Magalhães, que este casamento se veio a realizar, logo que D. Isabel atingiu a idade permitida, sendo o marido cerca de 21 anos mais velho do que ela. D. Isabel de Souza era, por sua mãe D. Violante de Souza, neta do mestre da Ordem de Cristo D. Frei Lopo Dias de Souza, e por este bisneta de D. Maria Telles de Menezes, irmã da rainha D. Leonor Telles, conforme mais detalhadamente trato noutra estudo.²⁸⁰

5.1. **Gil de Magalhães**, n. cerca de 1440 e fal. em 1506, 2º senhor de juro e herdade de Ponte da Barca (1496), 6º senhor de juro e herdade da Nóbrega (16.2.1471), senhor de Souto de Rebordões (15.2.1471), senhor do couto de Fontarcada, de Larim e Vila Chã e da honra e quintã da Torre de Paço Vedro de Magalhães. Foi fidalgo da Casa do duque de Viseu e depois do príncipe D. João e da Casa Real. A 15.2.1471, D. Afonso V confirmou a Gil de Magalhães, fidalgo da Casa do duque de Viseu, o senhorio da terra de Souto de Rebordões, com todas as rendas, foros e direitos novos.²⁸¹ A 16.2.1471, o mesmo rei confirmou a Gil de Magalhães, fidalgo da Casa do duque de Viseu, a terra da Nóbrega, com todas as rendas, foros, tributos, direitos, pertenças, padroados, jurisdição cível e crime, mero e misto império, ressalvando a correição e alçada, tal como pertencera a seu pai, João de Magalhães.²⁸² A 24.4.1475 privilegiou Gil de Magalhães, fidalgo da Casa do príncipe D. João, concedendo-lhe autorização para ele

*em cada um ano, segundo nossa ordenação, carta de nossa Fazenda per que lhos paguem. E per esta mandamos aos vedores de nossa Fazenda que, pagando ele os ditos 110.000 reais, lhe dêem logo carta, e assi em cada um ano, per que lhe paguem os ditos 10.000 reais na sisa do Pedrógão, como dito é. A qual tença dos ditos 10.000 reais não mudaremos nem mandaremos assentar em outra parte nem lha tiraremos em alguma maneira que seja, salvo se lhe primeiro dermos alguma outra cousa de juro e de herdade que tanto ou mais renda, de que ele deva ser contente, porque nossa mercê e vontade é que lhe não seja tirada a dita tença a ele nem a seus herdeiros e sucessores, salvo se primeiro per Nós forem contentes em outra cousa, como dito é. E mais além dos ditos 10.000 reais lhe daremos dêz agora de juro e de herdade, em refeição das jurdições e senhorio da dita Terra da Nóbrega, toda-las jugadas, direitos, rendas, foros, tributos e rações de todo-los casais e herdades que são em toda a terra de Alvares, assi como as ora há o priol e mosteiro de Folques, reservando as dízimas e primicias e alcaldaria. E mais lhe daremos a quintã do Rego da Murta com seus moinhos, rendas e foros e pertenças, e o casal do Carregal com as outras herdades e bens que o dito mosteiro de Folques tem no Pedrógão Grande e seu termo, e mais todo-los bens que o dito mosteiro tem em Almalaguês, as quais jugadas, quintã, casais, foros, rendas, herdades e cousas houvemos do dito prior, monges e mosteiro de Folques por outras cousas que lhe demos em escãimbo. E porque o dito escãimbo haverá mester, pera mais firme ser, confirmação do Santo Padre, a Nós praz de lhe darmos as ditas jugadas, rendas, quintã, casais e foros que assi per virtude do dito escãimbo houvermos livres e confirmados pelo Santo Padre a nossa própria despesa, e de lhos defender de qualquer demanda ou litigio que lhe pessoa alguma sobre elo mova ou mover queira em qualquer tempo que seja. E não lhe dando Nós as ditas jugadas, casais, quintã, tributos e foros per todo o mês de Janeiro que virá de 1457, que di em diante lhe dêmos em cada um ano 9.000 reais de tença por aquelo que por comunal estimação estes bens do dito mosteiro em cada um ano render poderia, os quais 9.000 reais lhe serão nas ditas sisas de ambos os Pedrógãos e de Alvares pagos e lhe não serão tirados nem descontados a ele nem a seus herdeiros nem sucessores, a menos de lhe serem dadas toda-las cousas sobreditas ou cousa outra alguma de juro e de herdade que tanto ou mais rendam, de que ele delas será contente. E por esta mandamos aos vedores da nossa Fazenda que, não havendo ele as ditas cousas de Nós per todo o dito mês de Janeiro como dito é, livres e confirmadas, que logo lhe dêem carta de tença per que haja os ditos 9.000 reais. E assi di em diante em cada um ano até lhe serem dadas as ditas cousas ou lhe por Nós ser feita satisfação doutra cousa de que ele se deva contentar, de juro e de herdade como dito é. E esta mercê nos praz de lhe fazer posto que pouco ou muito mais valessem ou possam valer as ditas tenças e cousas que lhe assi damos que a terra que dele recebemos. E prometemos por nossa fé real de ter e manter todas as ditas cousas em esta carta conteúdas, e rogamos a meu filho por nossa benção e a todos nossos descendentes que assi o façam em todo cumprir e manter. Feita em Lisboa, **18 dias de Outubro. João Correia a fez, ano de 1456.***

²⁸⁰ Vide o meu estudo "Os filhos e netos do "muj honrrado barom" Dom Frei Lopo Dias de Souza, 8º mestre da Ordem de Cristo", 2004.

²⁸¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 16, f. 22v a 23v. Tem insertas cartas de D. João I de 17.8.1423, de D. Duarte de 27.5.1435 e de 10.1.1450, e de D. Afonso V de 13.5.1454, e refere o instrumento público de venda de 16.7.1439 e de doação de 28.3.1454.

²⁸² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 16, f. 23v a 24. Inserta carta do mesmo rei de 14.11.1458.

arrendar as suas rendas segundo a Ordenação.²⁸³ A 20.6.1497, D. Manuel I comunicou a todos os juizes e justiças das cidades, vilas e julgados dos nossos reinos e senhorios e a outros quaisquer oficiais, que a Gil de Magalhães, fidalgo da sua Casa, senhor da Nóbrega, porque está prestes para servir na guerra com seus homens armas e cavalos, é privilegiado e escusados todos seus amos caseiros e mordomos e lavradores, etc.²⁸⁴ E a 17.7.1497 confirmou uma carta sua, enquanto duque, segundo a qual fizera mercê a Gil de Magalhães, fidalgo da sua Casa, de uma tença de 12.000 reais de prata desde 1486.²⁸⁵ A 21.5.1500, D. Manuel I confirmou os senhorios a si e a seu filho João de Magalhães (e Menezes).²⁸⁶ Casou a 1ª vez em 1461 com **D. Maria de Menezes**, filha de Rui Gomes da Silva, fidalgo do Conselho, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela (23.11.1433)²⁸⁷, etc., e neta do 1º conde de Vila Real, de quem teve o filho sucessor, João de Magalhães e Menezes, 3º senhor de Ponte da Barca, etc., c.g. nesta Casa. Casou a 2ª vez em 1472 com **D. Isabel de Menezes**, filha de Gonçalo Nunes Barreto, 2º morgado da Quarteira (Algarve), fidalgo do Conselho (r. 6.4.1468)²⁸⁸, criado e cavaleiro de D. Duarte (r. 1.12.1433)²⁸⁹, alcaide-mor de Faro e fronteiro-mor do reino do Algarve (r. 19.6.1444)²⁹⁰, etc., de quem teve os restantes filhos. D. Afonso V confirmou a 12.12.1461 o contrato de casamento celebrado entre Gil de Magalhães, fidalgo, criado do marquês de Valença, e D. Maria de Menezes, donzela que foi da Casa da rainha D. Isabel, filha de Rui Gomes da Silva, do seu Conselho, e de D. Isabel de Menezes.²⁹¹ A 25.4.1475, o mesmo rei confirmou a autorização a Gil de Magalhães, a seu pedido, fidalgo da Casa do príncipe D. João, para ele empenhar a sua terra de Souto de Rebordões, por 1.000 coroas, ao seu sogro Gonçalo Nunes Barreto, fidalgo da Casa Real e do seu Conselho, mediante determinadas condições.²⁹² A 16.7.1497, D. Manuel I confirmou uma carta sua, enquanto duque, na qual inseria uma de sua mãe, a infanta D. Beatriz, na qual refere que, tendo tratado o casamento entre Gil de Magalhães, fidalgo de sua Casa, e Dona Isabel de Menezes, sua donzela, quer galardoá-los e fazer mercê e lhe promete dar de seu casamento 2.000 coroas de ouro segundo é conteúdo no contrato de seu casamento e lhas pagar pela ordenança de el rei, de cento e vinte reais por coroa, pelas quais coroas lhe praz que a dita Dona Isabel haja em cada um ano de tença 20.000 reais de prata, a não descontar coisa alguma do principal até lhe serem pagas as ditas 2.000 coroas.²⁹³ A 12.2.1509, D. Isabel de Menezes, viúva de Gil de Magalhães, passou procuração a seu filho Diogo de Magalhães, fidalgo da Casa Real, para que em seu nome possa receber do almoraxarife de Ponte de Lima os 16.000 reais que lhe pertencem de tença.²⁹⁴ A 10.12.1512, D. Isabel de Menezes, viúva de Gil de Magalhães, moradora na Ponte da Barca, constituiu seu bastante procurador a seu filho Jorge Barreto para receber na Casa da Mina todas as fazendas que ficaram de seus filhos Pedro Barreto e António de Magalhães.²⁹⁵ A 20.3.1514, D. Isabel de Menezes, mãe e herdeira de Pedro Barreto, teve provisão para receber 15.000 reais que lhe eram

²⁸³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 117v.

²⁸⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 29, f. 26v.

²⁸⁵ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 29, f. 58.

²⁸⁶ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 2, f. 67 a 68v. Nesta confirmação são transcritas a carta de D. João I de doação do senhorio de Souto de Rebordões a Álvaro Gil, escudeiro; a carta de D. Duarte que confirma a doação a Inez Vaz; a carta de D. Afonso V que confirma doação a Afonso Rodrigues de Magalhães, irmão de João de Magalhães, e a carta de D. Afonso V de confirmação da terra da Nóbrega a João de Magalhães, pai de Gil de Magalhães.

²⁸⁷ Esta carta falta na Chancelaria de D. Duarte. É transcrita na confirmação a 17.12.1449 (Ch. de D. Afonso V, l. 11, f. 27v).

²⁸⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 17.

²⁸⁹ ANTT, Chancelaria de D. Duarte, l. 3, f. 22. A 1.12.1433 D. Duarte doou a Gonçalo Barreto, seu criado e cavaleiro da sua Casa, a renda da portagem e do relego de Loulé.

²⁹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 24, f. 86v.

²⁹¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 9, f. 9v.

²⁹² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 30, f. 117v.

²⁹³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 29, f. 58. Carta feita em Tomar a 25.6.1472 e confirmada em Santarém a 5.5.1486.

²⁹⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 15, nº 73.

²⁹⁵ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 35, nº 258.

desembargados para cumprimento dos 200.000 reais que lhe vieram da Índia.²⁹⁶ A 4.6.1514, D. Manuel I deu provisão para se dar aos herdeiros de Pedro Barreto 34.000 reais à conta do que se lhe devia da pimenta que se lhe comprou na Casa da Índia.²⁹⁷ A 3.7.1514, D. Manuel I mandou o almoxarife de Ponte de Lima pagar a D. Isabel de Menezes, mãe de Pedro Barreto, 50.000 reais de pimenta que se lhe comprou da que tinha na Casa da Índia.²⁹⁸ A 20.1.1516, Jorge Barreto e Simão Barreto, filhos e testamenteiros de D. Isabel de Menezes, passaram recibo dos 16.000 reais que receberam do almoxarife de Ponte de Lima, por um desembargo que tinham passado a sua mãe, onde ele se assina Jorge Barreto de Magalhães.²⁹⁹ Francisco de Magalhães, filho de Gil de Magalhães e de sua mulher D. Isabel, tirou ordens menores em Braga a 6.5.1486³⁰⁰ e a 6.4.1510 teve carta de privilégio de fidalgo, por ter servido na guerra com seus cavalos e armas³⁰¹, e de novo a 20.9.1524.³⁰² A 23.3.1518, D. Manuel I doou aos filhos de Fernão Rodrigues, juiz que fora no concelho de Nóbrega, metade da fazenda móvel e de raiz de Francisco de Magalhães e Simão Barreto, seu irmão, julgados pela morte do dito Fernão Rodrigues.³⁰³ A 17.5.1515, D. Joana de Menezes e D. Beatriz de Menezes, freiras no mosteiro do Lorvão, com o consentimento da abadessa D. Catarina de Eça, passaram procuração a Francisco de Magalhães ou João de Magalhães, seus irmãos, para receberem do almoxarife de Ponte de Lima 50.000 reais que se deviam a seus pais, de quem foram herdeiros.³⁰⁴ De Gil de Magalhães e de sua 1ª mulher foi filho único João de Magalhães e Menezes, sucessor, que casou em 1494 com D. Leonor da Silva, sendo pais de Manuel de Magalhães e Menezes, sucessor, n. cerca de 1498, que tardiamente tirou ordens menores em Braga em 1512³⁰⁵, em 1568 testemunhou no processo de Lourenço de Magalhães como Manuel de Magalhães de Menezes, senhor da Barca e da Nóbrega, onde diz que tinha entre 70 e 75 anos de idade (na verdade teria 70), e a 10.12.1560, com sua mulher D. Margarida da Silva, instituiu morgado de todos os seus bens.³⁰⁶

- 5.2. **D. Beatriz de Souza**³⁰⁷, n. cerca de 1441. Casou com seu primo *Lopo de Araújo*, n. cerca de 1440 e fal. antes de 1496, senhor e alcaide-mor de Lindoso (11.3.1464), que sucedeu nos senhorios de Campelo e Val de Poldros e na dignidade de portegueiro-mor de Celanova. Foi ainda senhor de Monção, a meias com seu irmão Paio. Por terem morto um homem e fugido para a Galiza, perderem os bens em Portugal. Na Galiza foi alcaide-mor de Sande. A 11.3.1464, D. Afonso V doou a Lopo de Araújo, escudeiro, fidalgo da sua Casa, o couto de Lindoso, seu castelo e respectivo senhorio, rendas e pertenças, em sucessão de Paio Rodrigues de Araújo, seu pai, que morrera.³⁰⁸ A 25.2.1464, o mesmo rei confirmou a doação vitalícia a Paio Rodrigues e a Lopo Rodrigues de Araújo, escudeiros e fidalgos da sua Casa, das rendas e direitos dos reguengos situados na vila de Monção, que ficaram por morte de Paio Rodrigues de Araújo, seu pai.³⁰⁹ A 10.5.1468, o mesmo rei doou a Fernão de Lima, fidalgo da sua Casa, todos os direitos e bens que pertenceram a Paio Rodrigues de Araújo e a Lopo de Araújo, que os perderam por terem morto Rodrigo Álvares, escudeiro, morador em Pousada, terra da Nóbrega, Gonçalo Álvares e outros homens,

²⁹⁶ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 45, nº 181.

²⁹⁷ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 48, nº 8.

²⁹⁸ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 49, nº 21.

²⁹⁹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 63, nº 22.

³⁰⁰ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

³⁰¹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 3, f. 11 e 11v.

³⁰² ANTT, Chancelaria de D. João III, l. 4, f. 91.

³⁰³ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 44, f. 23v e 24.

³⁰⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 57, nº 117.

³⁰⁵ ADB, Matrículas da Mitra de Braga.

³⁰⁶ ANTT, Família Siqueira, Condes de São Martinho, cx. 92, doc. 1.

³⁰⁷ Ou D. Maria de Souza. O LXXVI deixa o seu nome em branco, dizendo apenas: "*Dona ... de Souza mulher que foy de ... de Briteiros alcaide moor de Lindoso*".

³⁰⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 8, f. 19v.

³⁰⁹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 38; e Chancelaria de D. Manuel I, l. 25, f. 76.

e por terem fugido para a Galiza.³¹⁰ Mas reaveriam os bens, pois a 17.5.1496 D. Manuel I confirmou a Paio Rodrigues de Araújo, fidalgo da sua Casa, a doação de metade das rendas dos reguengos e direitos da vila de Monção, que pertenceram a seu pai, Paio Rodrigues de Araújo, também cavaleiro da Casa d'el rei, sendo a outra metade de seu irmão Lopo, já falecido.³¹¹ Este Paio Rodrigues era filho do já referido Pedro Anes de Araújo e neto do Gonçalo Rodrigues de Araújo e Froile Afonso de Magalhães, referida atrás no nº 3.1. C.g.

- 5.3. **Fernão de Souza de Magalhães**, fidalgo da Casa Real, 1º senhor do couto de Francemil³¹², alcaide-mor de Ervededo (12.13.1477), capitão e fronteiro de Salvaterra do Minho (21.12.1483)³¹³ e senhor da Quinta de Penteeiros, em Estorãos (Ponte de Lima), onde fez casa, colocou o seu escudo de armas (Souza, ditos de Arronches, em pleno) e já vivia em 1480³¹⁴, tendo metade do padroado da igreja de Estorãos.³¹⁵ N. cerca 1442 e fal. cerca de 1489. Como Fernando de Souza de Magalhães, fidalgo da Casa Real, a 30.6.1486 teve carta de privilégio de fidalgo.³¹⁶ Como Fernão de Souza, fidalgo, prestou



Gravura da casa da Quinta de Penteeiros, armoriada de Souza (dito de Arronches), construção do séc. XV feita por Fernão de Souza de Magalhães, que já aí se documenta a viver em 1480.

³¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l. 28, f. 38.

³¹¹ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 34, f. 82.

³¹² O Couto de Francemil ou Francemir, que se manteve senhorio de seus descendentes durante vários séculos, foi concelho próprio, em 1836 passou a integrar o concelho de S. Tomé de Negrelos e em 1855 integrou o concelho de Santo Tirso.

³¹³ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 23, f. 9.

³¹⁴ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 19, f. 44 e 44v.

³¹⁵ Como se diz na confirmação de 2.10.1597 do arcebispo de Braga a seu neto sucessor Damião de Souza de Menezes.

³¹⁶ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 8, f. 138v. "Carta de privilégio de fidalgo em forma, de Fernão de Souza de Magalhães, porquanto é homem fidalgo e há-de estar prestes pera nos servir na guerra com homens e armas e bestas. Temos por bem cet. em forma. Pera todo-los corregedores, juizes e justiças das cidades, vilas e lugares de nossos reinos".

vassalagem a 12.13.1477 ao arcebispo de Braga pelo castelo de Ervededo.³¹⁷ Casou a 1ª vez cerca de 1479 com sua prima *Isabel Barbosa*, que levou em dote a dita Quinta de Penteeiros, filha herdeira de João Barbosa e sua mulher Violante de Magalhães, *referida atrás no nº 3.4.3.1*. Esta Isabel Barbosa terá falecido do parto do 1º filho e sucessor, João de Souza de Magalhães, que está sepultado com suas armas (Souza dito de Arronches em pleno) e estátua jacente na igreja matriz de Viana do Castelo. Casou a 2ª vez cerca de 1481 com *D. Beatriz de Eça*, que depois casou com Estêvão Ferreira³¹⁸, morgado de Cavaleiros, filha de D. João de Eça e sua mulher D. Maria de Mello. C.g. de ambos os matrimónios, nomeadamente nos condes de Bertandos.³¹⁹

- 5.4. **D. Isabel de Souza**³²⁰, n. cerca de 1446. Casou com *Diogo de Azevedo*³²¹, fal. a 15.5.1514, sepultado no mosteiro de S. Salvador de Vilar, fidalgo da Casa Real, senhor da quinta de Azevedo e senhor de juro e herdade do Couto de Souto de Riba de Homem (22.5.1502).³²² C.g.
- 5.5. ? **D. Antónia de Souza**, não referida no LLXVI³²³ nem por Afonso de Torres.³²⁴ Dos vários filhos que Gaio³²⁵ acrescenta a João de Magalhães e sua mulher, esta D. Antónia, apesar de tardia, é a única a que se pode dar alguma credibilidade.³²⁶ Foi a 1ª mulher de seu primo *Gonçalo Rodrigues de Araújo*, fidalgo da Casa de D. João II, que a 29.1.1486 lhe deu uma tença de 20.000 reais³²⁷, senhor de metade das rendas dos reguengos e direitos da vila de Monção, etc. Era filho de Paio Rodrigues de Araújo, referido atrás, e portanto sobrinho de Lopo de Araújo, casado com D. Beatriz de Souza, irmã mais velha desta D. Antónia. Gaio diz que Gonçalo Rodrigues de Araújo viveu na sua Quinta de Stº Antão, no termo de Valadares, foi alcaide-mor de Ramiro (Galiza) e senhor da casa do Barral. C.g.³²⁸

PORTO, 2007

(revisto e anotado em 2019)

³¹⁷ ADB, Colecção Cronológica.

³¹⁸ Vide o meu *“Ensaio sobre a origem dos Ferreira”*, 2005.

³¹⁹ Do 1º casamento foi neto sucessor Damião de Souza de Menezes, que casou com sua prima D. Maria de Menezes, bisneta do 2º casamento. Destes foi neto sucessor outro Damião de Souza de Menezes, que casou a 3.10.1621 em Carrazedo de Montenegro com sua prima D. Joana de Távora, trineta legítima de João de Magalhães e Menezes, 3º senhor de Ponte da Barca, referido no âmbito do nº 5.1. Deste último casal, Damião de Souza de Menezes e D. Joana de Távora, descendem nomeadamente os condes de Bertandos, que sucederam na Quinta de Penteeiros, e é 9º neto legítimo o autor.

³²⁰ Nome que lhe dá Afonso de Torres. O LLXVI deixa o seu nome em branco, dizendo apenas: *“Dona ... de Souza mulher que foy de Dioguo dAzevedo senhor da Quintaã dAzevedo”*.

³²¹ Distinto de seu primo-direito Diogo (Lopes) de Azevedo, 3º senhor de juro e herdade de S. João de Rei (26.3.1423), etc. O Diogo de Azevedo em epígrafe era filho sucessor de Martim Lopes de Azevedo e sua mulher e prima Leonor Dias de Azevedo.

³²² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, l. 37, f. 44.

³²³ *“Livro de Linhagens do Século XVI”*, ob. cit., pág. 343.

³²⁴ Ob. cit., Tomo VIII, Magalhães.

³²⁵ Ob. cit., Magalhães, §1, nº 7.

³²⁶ Gaio refere, por exemplo, uma D. Francisca de Souza, que diz casada com Diogo Botelho, anadel-mor de espingardeiros, s.g. Ora, este Diogo Botelho, além de ter vivido na 2ª metade do séc. XVI, foi piloto e só depois anadel, não tendo, portanto, nem cronologia nem estatuto para casar com uma filha do senhor da Barca. A história deste Diogo Botelho é largamente contada por Gaspar Correa, nas suas *“Lendas da Índia”*, Livro Terceiro, Tomo III, Parte II, Capítulo XIX, pág. 660 e seguintes, quando trata do governador Nuno da Cunha, no ano de 1535.

³²⁷ ANTT, Chancelaria de D. João II, l. 1, f. 12.

³²⁸ Pais de outro Gonçalo Rodrigues de Araújo, sucessor, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, que a 4.2.1534 teve de D. João III provisão para o almoxarife ou recebedor de Ponte de Lima lhe dar 12.000 reais da tença que tinha com o hábito (ANTT, *Corpo Cronológico, Parte II, mc. 187, nº 67*).